

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 9)	16.763	25.048	698.060	564.594
Contas a Receber de Clientes (Nota 11)	-	-	1.592.693	1.399.563
Estoques (Nota 8)	-	-	8.636	9.732
Tributos a Recuperar (Nota 15)	1.925	2.055	63.264	75.831
Dividendos a Receber	48.006	28.592	89	9.045
Ativo Financeiro – CVA e Bonif. Outorga (Nota 13)	-	-	258.170	30.277
Subsídio Decreto nº 7.891/2013 (Nota 26)	-	-	1.511.003	1.532.912
Outros (Nota 12)	203	19	221.505	250.663
	<b>66.897</b>	<b>55.714</b>	<b>4.353.420</b>	<b>3.872.617</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>				
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 10)	137.478	137.478	137.478	137.478
Contas a Receber de Clientes (Nota 11)	-	-	51.634	35.380
Partes Relacionadas (Nota 16)	2.604	6.134	3.092	6.622
Tributos Diferidos (Nota 20)	-	-	712.532	641.806
Tributos a Recuperar (Nota 15)	-	-	21.092	19.440
Depósitos Judiciais (Nota 27)	19.678	17.623	170.350	161.430
Ativo Financeiro – VJR/Indeniz. Concessão (Nota 14)	-	-	441.030	397.355
Ativo Financeiro – CVA (Nota 13)	-	-	276.107	241.886
Outros (Nota 12)	-	-	2.725	3.524
<b>INVESTIMENTOS</b> (Nota 17)	<b>1.616.555</b>	<b>1.644.222</b>	<b>228.663</b>	<b>216.481</b>
<b>IMOBILIZADO</b> (Nota 18)	<b>37</b>	<b>41</b>	<b>160.066</b>	<b>151.672</b>
<b>INTANGÍVEL</b> (Nota 19)	<b>5.949</b>	<b>6.452</b>	<b>3.296.556</b>	<b>3.174.561</b>
	<b>1.782.301</b>	<b>1.811.950</b>	<b>5.501.325</b>	<b>5.187.635</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.849.198</b>	<b>1.867.664</b>	<b>9.854.745</b>	<b>9.060.252</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores (Nota 22)	1.092	1.292	1.006.854	831.582
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional (Nota 23)	-	-	320.322	88.057
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira (Nota 23)	-	-	767	-
Debêntures (Nota 24)	-	-	131.389	252.333
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (Nota 25)	749	1.051	208.503	200.623
Tributos a Recolher (Nota 21)	86	77	223.897	208.823
Dividendos Propostos (Nota 29)	39.524	16.301	39.524	16.301
Taxas Regulamentares (Nota 26)	-	-	2.269.327	2.677.615
Partes Relacionadas (Nota 16)	-	-	15.763	19.732
Passivo Atuarial (Nota 28)	-	-	162.776	139.305
Passivo Financeiro – CVA (Nota 13)	-	-	-	4.638
Outros	266	206	59.856	47.658
	<b>41.717</b>	<b>18.927</b>	<b>4.438.978</b>	<b>4.486.667</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional (Nota 23)	-	-	325.026	42.409
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira (Nota 23)	-	-	272.686	-
Debêntures (Nota 24)	-	-	369.873	99.883
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (Nota 25)	-	-	46.988	41.060
Tributos Diferidos (Nota 20)	-	-	10.144	9.613
Taxas Regulamentares (Nota 26)	-	-	105.948	156.610
Provisão para Contingências (Nota 27)	6.625	6.499	639.573	618.934
Passivo Atuarial (Nota 28)	-	-	1.842.197	1.738.673
Passivo Financeiro – CVA (Nota 13)	-	-	-	21.689
Outros	-	-	2.476	2.476
	<b>6.625</b>	<b>6.499</b>	<b>3.614.911</b>	<b>2.731.347</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 29)</b>				
Capital Social	1.340.000	1.340.000	1.340.000	1.340.000
Reservas de Capital	316	316	316	316
Reservas de Lucros	1.302.766	1.185.873	1.302.766	1.185.873
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(842.226)	(687.109)	(842.226)	(687.109)
Dividendos a Disposição da AGO	-	3.158	-	3.158
	<b>1.800.856</b>	<b>1.842.238</b>	<b>1.800.856</b>	<b>1.842.238</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.849.198</b>	<b>1.867.664</b>	<b>9.854.745</b>	<b>9.060.252</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		2018	Consolidado
	2018	2017		2017 (Reapresentado)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL (Nota 31.1)</b>	-	-	<b>7.664.544</b>	<b>7.076.936</b>
Receita das Vendas e Serviços	-	-	6.885.723	6.160.449
Receita de Construção – CPC 47	-	-	453.365	441.025
Receita Parcela A – CVA	-	-	322.064	473.134
Atualização do Ativo Financeiro – VNR	-	-	3.392	2.328
<b>Custos de Vendas /Serviços Prestados (Nota 31.2)</b>	-	-	<b>(6.834.756)</b>	<b>(6.197.380)</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	(5.672.845)	(5.044.881)
Custo dos Produtos Vendidos	-	-	(13.188)	(24.700)
Custo dos Serviços Prestados	-	-	(695.358)	(686.774)
Custo de Construção – CPC 47	-	-	(453.365)	(441.025)
<b>Lucro Bruto</b>	-	-	<b>829.788</b>	<b>879.556</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>163.833</b>	<b>63.674</b>	<b>(434.108)</b>	<b>(574.359)</b>
Vendas (Nota 31.2)	-	-	(233.372)	(250.948)
Gerais e Administrativas (Nota 31.2)	(26.162)	(29.447)	(315.679)	(380.590)
Outras Receitas (Despesas), Líquidas (Nota 31.2)	(2.099)	(1.953)	95.246	47.616
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 17.b)	192.094	95.074	19.697	9.563
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>163.833</b>	<b>63.674</b>	<b>395.680</b>	<b>305.197</b>
Receitas Financeiras (Nota 31.3)	1.341	2.870	244.943	297.306
Despesas Financeiras (Nota 31.3)	(142)	(59)	(353.436)	(446.347)
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>165.032</b>	<b>66.485</b>	<b>287.187</b>	<b>156.156</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(122.155)</b>	<b>(89.671)</b>
Corrente	-	-	(107.727)	(68.395)
Diferido	-	-	(14.428)	(21.276)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>165.032</b>	<b>66.485</b>	<b>165.032</b>	<b>66.485</b>
<b>Lucro por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia</b>				
<b>Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação) (Nota 29)</b>				
<b>Lucro Básico por Ação</b>				
Ações Ordinárias Nominativas	4,0374	1,50550		
Ações Preferenciais Nominativas	4,4411	1,65610		
<b>Lucro Diluído por Ação</b>				
Ações Ordinárias Nominativas	4,0374	1,50550		
Ações Preferenciais Nominativas	4,4411	1,65610		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>165.032</b>	<b>66.485</b>	<b>165.032</b>	<b>66.485</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>				
Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido, Líquidos de Tributos	(153.194)	(284.300)	(153.194)	(284.300)
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>11.838</b>	<b>(217.815)</b>	<b>11.838</b>	<b>(217.815)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas				Ajustes Avaliação Patrimonial		Controladora/Consolidado	
		Capital	Legal	Retenção Lucros	Dividendos Disposição AGO	Custo Atribuído	Passivo Atuarial	Lucro Acumulado	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.340.000</b>	<b>316</b>	<b>144.619</b>	<b>988.983</b>	<b>-</b>	<b>22.363</b>	<b>(420.438)</b>	<b>-</b>	<b>2.075.843</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>									
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	66.485	66.485
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(4.734)	-	4.734	-
Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido	-	-	-	-	-	-	(284.300)	-	(284.300)
<b>Mutações Internas do Patrimônio Líquido</b>									
Constituição de Reservas	-	-	3.324	48.947	3.158	-	-	(55.429)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(15.790)	(15.790)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.340.000</b>	<b>316</b>	<b>147.943</b>	<b>1.037.930</b>	<b>3.158</b>	<b>17.629</b>	<b>(704.738)</b>	<b>-</b>	<b>1.842.238</b>
Ajustes Adoção Novos Pronunciamentos Contábeis (Nota 4.2.1.1)								(11.077)	(11.077)
<b>Resultado Abrangente Total</b>									
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	165.032	165.032
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(1.923)	-	1.923	-
Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido	-	-	-	-	-	-	(153.194)	-	(153.194)
<b>Mutações Internas do Patrimônio Líquido</b>									
Constituição de Reservas	-	-	8.252	108.431	-	-	-	(116.683)	-
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	210	-	-	-	-	210
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(3.158)	-	-	(39.195)	(42.353)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.340.000</b>	<b>316</b>	<b>156.195</b>	<b>1.146.571</b>	<b>-</b>	<b>15.706</b>	<b>(857.932)</b>	<b>-</b>	<b>1.800.856</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>165.032</b>	<b>66.485</b>	<b>287.187</b>	<b>156.156</b>
<b>Ajustes para Conciliar o Resultado do Exercício com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais</b>				
Depreciação e Amortização	1.975	1.976	214.916	218.046
Perda com Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	-	-	45.655	53.695
Resultado da Equivalência Patrimonial (Nota 17)	(192.094)	(95.074)	(19.697)	(9.563)
Atualização do Ativo Financeiro – VNR	-	-	(3.392)	(2.328)
Perda com Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	-	-	899	856
Constituição (Reversão) de Reconhecimento de <i>Impairment</i>	-	-	(4.406)	(3.092)
Juros e Variações Monetárias	(81)	(150)	180.332	112.833
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	126	(18)	20.639	20.815
Perdas sobre Ágio em Coligadas	-	-	5.217	-
Despesas Atuariais	-	-	27.067	73.047
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	46.432	54.167
Atualização Monetária Bonificação Outorga	-	-	(41.366)	(40.808)
<b>Aumento (Redução) nos Ativos</b>	<b>(2.109)</b>	<b>369</b>	<b>(431.441)</b>	<b>(970.007)</b>
Contas a Receber	-	-	(271.972)	(187.508)
Tributos a Recuperar	130	758	10.915	44.475
Depósitos Judiciais	(2.055)	(366)	(8.920)	(37.094)
Estoques	-	-	1.096	274
Ativo Financeiro – (CVA, Bonificação de Outorga)	-	-	(193.817)	(381.977)
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	21.909	(303.171)
Outras Contas	(184)	(23)	9.348	(105.006)
<b>Aumento (Redução) nos Passivos</b>	<b>(433)</b>	<b>(3)</b>	<b>(530.674)</b>	<b>807.826</b>
Fornecedores	(200)	212	175.272	206.482
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	(302)	87	13.808	32.757
Tributos a Recolher	9	(300)	23.389	57.601
Passivo Financeiro – "Parcela A" – CVA	-	-	(53.258)	288.746
Taxas Regulamentares	-	-	(521.467)	381.255
Passivo Atuarial	-	-	(176.649)	(160.135)
Outras Contas	60	(2)	8.231	1.120
<b>Caixa Gerado (Aplicado) pelas Operações</b>	<b>(27.584)</b>	<b>(26.415)</b>	<b>(202.632)</b>	<b>471.643</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(116.042)	(75.689)
Juros Pagos (Nota 23 e 24)	-	-	(65.111)	(74.485)
<b>Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades Operacionais</b>	<b>(27.584)</b>	<b>(26.415)</b>	<b>(383.785)</b>	<b>321.469</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>				
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	(406.439)	(389.643)
Aumento de Capital em Coligadas	-	-	(9.926)	(9.926)
Dividendos Recebidos	34.608	34.702	19.712	28.008
<b>Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Investimentos</b>	<b>34.608</b>	<b>34.702</b>	<b>(396.653)</b>	<b>(371.561)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>				
Amortização de Empréstimos e Financiamentos (Nota 23)	-	-	(254.268)	(201.765)
Adições nos Empréstimos e Financiamentos (Nota 23)	-	-	1.039.179	202
Ingressos de Debêntures (Nota 24)	-	-	394.292	-
Pagamento de Debêntures (Nota 24)	-	-	(249.990)	(99.990)
Pagamento de Dividendos (Nota 29)	(15.309)	(1.225)	(15.309)	(1.225)
<b>Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(15.309)</b>	<b>(1.225)</b>	<b>913.904</b>	<b>(302.778)</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(8.285)</b>	<b>7.062</b>	<b>133.466</b>	<b>(352.870)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>25.048</b>	<b>17.986</b>	<b>564.594</b>	<b>917.464</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>16.763</b>	<b>25.048</b>	<b>698.060</b>	<b>564.594</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017 (Reapresentado)
<b>Receitas</b>				
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	-	-	12.062.067	11.011.375
Receita de Construção – CPC 47	-	-	453.365	441.025
Outras Receitas	-	-	118.105	94.988
Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	(46.432)	(54.167)
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>				
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	-	-	(5.771.986)	(5.148.067)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros	(3.727)	(3.712)	(190.492)	(206.798)
Custo de Construção – CPC 47	-	-	(453.365)	(441.025)
Perdas/Recuperação de Ativos	-	-	-	3.092
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>(3.727)</b>	<b>(3.712)</b>	<b>6.171.262</b>	<b>5.700.423</b>
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.975)	(1.976)	(214.916)	(218.046)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>	<b>(5.702)</b>	<b>(5.688)</b>	<b>5.956.346</b>	<b>5.482.377</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>				
Resultado de Equivalência Patrimonial	192.094	95.074	19.697	9.563
Receitas Financeiras	1.341	2.870	244.943	297.306
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>187.733</b>	<b>92.256</b>	<b>6.220.986</b>	<b>5.789.246</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>				
<b>Pessoal</b>	<b>(21.888)</b>	<b>(25.318)</b>	<b>(700.305)</b>	<b>(781.527)</b>
Remuneração Direta	(20.994)	(23.865)	(599.540)	(681.220)
Benefícios	(293)	(374)	(74.155)	(72.313)
FGTS	(601)	(1.079)	(26.610)	(27.994)
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>(468)</b>	<b>(386)</b>	<b>(4.982.974)</b>	<b>(4.472.654)</b>
Federais	(332)	(264)	(2.852.377)	(2.566.116)
Estaduais	(10)	(84)	(2.124.265)	(1.901.621)
Municipais	(126)	(38)	(6.332)	(4.917)
<b>Remuneração de Capital de Terceiros</b>	<b>(345)</b>	<b>(67)</b>	<b>(372.675)</b>	<b>(468.580)</b>
Juros	(142)	-	(33.316)	(46.976)
Aluguéis	(203)	(67)	(19.239)	(22.233)
Outras	-	-	(320.120)	(399.371)
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	(49.312)	(10.384)
Outras Despesas Financeiras	-	-	(270.808)	(388.987)
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>(42.353)</b>	<b>(15.790)</b>	<b>(42.353)</b>	<b>(15.790)</b>
Dividendos	(42.353)	(15.790)	(42.353)	(15.790)
<b>Lucro Retido do Exercício</b>	<b>(122.679)</b>	<b>(50.695)</b>	<b>(122.679)</b>	<b>(50.695)</b>
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>	<b>(187.733)</b>	<b>(92.256)</b>	<b>(6.220.986)</b>	<b>(5.789.246)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (a “Companhia” e em conjunto com suas controladas o “Grupo”), é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 09 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital Total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000.000,00 representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividades preponderantes a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

### **2. PERFIL EMPRESARIAL**

#### **2.1. Subsidiárias Integrais Consolidadas**

##### **2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D**

A Celesc D, subsidiária integral da Celesc, em 09 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos.

A Celesc D atua, total ou parcialmente, na distribuição de energia elétrica para 287 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná, totalizando a prestação de serviços para uma carteira formada por aproximadamente 3,0 milhões de unidade consumidoras.

##### **2.1.1.1. Ambiente Regulatório**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

##### **a) Da Concessão**

Em 22 de julho de 1999, a Celesc assinou o Contrato nº 56 de concessão de Distribuição de Energia Elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D.



A referida concessão teve prazo de vigência até 07 de julho de 2015. Em 09 de dezembro de 2015 a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos, ou seja, até 07 de julho de 2045. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio Órgão Regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão, assim como o 5º Termo Aditivo que prorrogou a concessão, está dentro do escopo do ICPC01.

A Celesc D atua, total ou parcialmente, na distribuição de energia elétrica para 287 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná, totalizando a prestação de serviços para uma carteira formada por aproximadamente 3,0 milhões de clientes.

## **b) Bandeiras Tarifárias**

A partir de 2015, os custos variáveis da energia do mercado regulado passaram a ser cobertos pelos adicionais das Bandeiras Tarifárias, que têm como objetivo sinalizar aos consumidores os custos reais com a geração de energia elétrica.

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT. As variações que ocorriam nos custos de geração de energia eram repassadas ao consumidor somente nos processos tarifários anuais das distribuidoras. Com a Bandeira Tarifária, os custos são repassados no mês de consumo do acionamento das bandeiras amarela e vermelha.

As faixas de acionamento e os adicionais aprovados para 2017 das bandeiras tarifárias foram:

- i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- ii) Bandeira Amarela: R\$2,00 a cada 100Kwh;
- iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$3,00 a cada 100Kwh;
- iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$3,50 a cada 100Kwh.

A ANEEL, em 24 de outubro de 2017, revisou a metodologia das bandeiras tarifárias e dos valores de suas faixas de acionamento. Os valores a seguir passaram a vigorar a partir da bandeira tarifária de novembro de 2017:

- i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- ii) Bandeira Amarela: R\$1,00 a cada 100Kwh;
- iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$3,00 a cada 100Kwh;
- iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$5,00 a cada 100Kwh.

A definição das faixas de acionamento será realizada conforme os seguintes critérios:

- i) Bandeira Verde: valor do Custo Variável Unitário – CVU das Usinas Térmicas for inferior a R\$211,28/MWh;
- ii) Bandeira Amarela: valor do CVU igual ou superior a R\$211,28/MWh e inferior a R\$422,56/MWh; e
- iii) Bandeira Vermelha:

Patamar 1: valor do CVU for igual ou superior a R\$422,56/MWh e inferior a R\$610/MWh; e

Patamar 2: valor do CVU for igual ou superior ao limite a R\$610/MWh.

O acionamento das bandeiras e os valores mensais da CCRBT, repassados à Celesc D, assim como os valores repassados da Celesc D à CCRBT para fins da Liquidação das Operações do Mercado de Curto Prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, em 2018 foram:

Mês	Bandeira	Repasse da CCRBT à Celesc D (R\$ mil)	Repasse da Celesc D à CCRBT (R\$ mil)	Nº dos Despachos ANEEL
Janeiro	Verde	-	-	-
Fevereiro	Verde	-	1.627	516/2018
Março	Verde	1.905	-	728/2018
Abril	Verde	1.868	-	981/2018
Maio	Amarela	2.458	-	1.210/2018
Junho	Vermelha – Patamar 2	5.688	-	1.472/2018
Julho	Vermelha – Patamar 2	40.692	-	1.706/2018
Agosto	Vermelha – Patamar 2	4.318	-	1.965/2018
Setembro	Vermelha – Patamar 2	4.262	-	2.258/2018
Outubro	Vermelha – Patamar 2	3.657	-	2.498/2018
Novembro	Amarela	5.867	-	2.807/2018
Dezembro	Verde	13.210	-	010/2019

### c) Exposição Contratual 2014 – Despachos ANEEL nºs 2.642/2015 e 2.078/2016

A Celesc D ingressou com Ação Judicial em face da ANEEL, objetivando questionar o Despacho nº 2.078/16, a fim de obter o reconhecimento integral de exposições contratuais como involuntárias ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica que ocorreria até 22 de agosto de 2016.

Após o ingresso da ação judicial, obteve-se a concessão de liminar para afastamento da aplicação do redutor tarifário mencionado, decisão esta atendida pela ANEEL quando da homologação da Revisão Tarifária, sendo que no momento a Celesc D permanece discutindo o mérito da ação em juízo, buscando o reconhecimento integral da exposição contratual como involuntária e, assim, eliminando qualquer redutor tarifário, bem como a aplicação de penalidades pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

#### 2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G, constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída sob a forma de subsidiária integral.

A Celesc G responde pela operação, manutenção, expansão e comercialização do parque gerador da Companhia, atualmente formado por 1 (uma) Pequena Central Hidrelétrica – PCH, 6 (seis) Usinas Hidrelétricas – UHEs e 5 (cinco) Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs de propriedade integral da Celesc G. Além de investimentos em parceria com investidores privados, sendo 6 (seis) geradoras desenvolvidas no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE e 1(uma) transmissora.

O parque de geração própria possui 106,97MW de potência instalada, conforme tabela a seguir.

### Parque Gerador Próprio – Usinas 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
Usina Pery	Curitibanos/SC	09/07/2047	30,00	14,08	100%
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70	70%
Usina Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80	70%
Usina Garcia	Angelina/SC	07/07/2045	8,92	7,10	70%
Usina Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	70%
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	3,80	N/A
CGH Caveiras	Lages/SC	*	3,83	2,77	N/A
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	*	2,60	2,03	N/A
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	*	0,52	0,50	N/A
CGH Pirai	Joinville/SC	*	0,78	0,45	N/A
CGH São Lourenço	Mafra/SC	*	0,42	0,22	N/A
<b>Total</b>			<b>106,97</b>	<b>67,19</b>	

\* Usinas com potência inferior a 5MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei nº 13.360/16)

Outros projetos estão em fase de revisão para ampliação e reativação de usinas de propriedade integral conforme tabela a seguir:

### Projetos de Expansão da Geração – Parque Próprio Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Acréscimo de Potência (MW)	Potência Final (MW)	Data Prevista de Entrada em Operação	Status
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	8,30*	13,92	2020	Licitação das Obras
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	N/D***	Análise na EPE
Usina Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	N/D***	Revisão de Projeto Básico
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	N/D***	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim	São José/SC	**	0,00	1,00	1,00	N/D***	Licenciamento Ambiental
CGH Caveiras	Lages/SC	**	3,83	10,00	13,83	N/D***	Em Estudo de Inventário
<b>Total</b>			<b>65,45</b>	<b>47,55</b>	<b>96,28</b>		

\* Em 2018 o projeto passou por consolidação, sendo que no encerramento do exercício encontrava-se em análise pela ANEEL.

\*\* Usinas com potência inferior a 5MW estão dispensadas do ato de concessão

\*\*\* Depende de trâmites regulatórios

O parque de geração já em operação em parceria com investidores privados no formato de SPE possui 31,78MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 11,24MW de potência instalada, conforme tabela adiante.

### Novos Empreendimentos em Operação – Participação Minoritária

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	26,0%	0,78	0,44
PCH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	26,0%	0,94	0,48
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	26,0%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
<b>Total</b>			<b>31,78</b>	<b>17,74</b>		<b>11,24</b>	<b>6,26</b>

A Celesc G possui participação societária em outros dois empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 19,15MW de potência instalada. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 5,98MW de potência instalada proporcional, conforme tabela a seguir:

#### Novos Empreendimentos em Desenvolvimento – Participação Minoritária

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Data Prevista de Entrada em Operação	Status
PCH Painei	São Joaquim/SC	18/03/2043	9,20	32,5%	2,99	N/D	*
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	19/05/2044	9,95	20,4%	2,04	N/D	*
<b>Total</b>			<b>19,15</b>		<b>5,03</b>		

Em 10 de dezembro de 2018, os empreendimentos PCH Painei e PCH Campo Belo enviaram à ANEEL pedido de anuência prévia para operação de alteração de controle direto de agente de geração de energia elétrica.

A Celesc G pretende transferir a totalidade de sua participação na PCH Painei à empresa Astic EN Participações S.A.. A ANEEL anuiu essa ação previamente, por meio do Despacho no 045 de 08 de janeiro de 2019, estabelecendo prazo para implementação da operação em até 120 dias, a contar da data de publicação do Despacho.

A Celesc G pretende, ainda, transferir a totalidade de sua participação na PCH Campo Belo às empresas Alfa Gestão de Negócios Ltda. (50%) e Ecco Energy Investimento e Participações Ltda. (50%). A anuência prévia da ANEEL foi aprovada, por meio do Despacho nº 220 de 25 de janeiro de 2019, com prazo para implementação da operação de até 120 dias, a contar da data de publicação desse documento.

#### 2.1.2.1. Leilão de Transmissão – Consórcio na Celesc G

A Celesc G possui 10% de participação societária (90% sob controle da EDP Energias do Brasil) em um empreendimento de transmissão, denominado EDP Transmissão Aliança SC, que tem por objeto implementar o lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, o terceiro maior projeto ofertado no leilão de abril de 2017, com investimentos previstos em R\$1,1 bilhão.

As instalações visam à expansão do sistema da região sul e planalto do estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc G conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação. A SPE foi constituída em julho de 2017 e o Contrato de Concessão assinado em agosto do mesmo ano.

A entrada em operação comercial estabelecida pela ANEEL é agosto de 2022 e os requerimentos das Licenças Prévia antes do prazo previsto favorecem o início da Licença de Instalação e, conseqüentemente, o início das obras antecipadas para construção dos projetos.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

#### Novos Empreendimentos em Desenvolvimento em Transmissão – Participação Minoritária

EMPREENHIMENTO	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc Geração
EDP Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

### **2.1.2.2. Ambiente Regulatório**

#### **a) Concessões Prorrogadas**

A Celesc G obteve por meio da Resolução Autorizativa ANELL nº 5.078/2015 autorização para ampliação da PCH Celso Ramos da ordem de 7,2MW (5,62MW para 12,82MW) bem como a prorrogação da concessão por 20 anos, condicionada à conclusão da obra até novembro de 2021. Em 2018, o projeto passou por processo de consolidação, o qual foi encaminhado para a ANEEL e a Celesc G já iniciou os procedimentos internos para contratação das obras.

#### **b) Fator de Ajuste da Garantia Física**

A Celesc G, assim como a maioria das geradoras no País, busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *Generation Scaling Factor* – *GSF*, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural. O *GSF* representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas das usinas.

Desde agosto de 2015, a Celesc G detém liminar que determina à CCEE limitar a incidência do *GSF* ao percentual máximo de 5% do total da Garantia Física, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste *GSF* ou provenientes de outros processos judiciais. Em meados de agosto o Juízo competente para julgar a ação ordinária suscitou o Incidente de Demandas Repetitivas – IRDR perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, suspendendo o processo por 60 dias. Caso restar admitido o IRDR, o Relator determinará a suspensão de todos os processos com a mesma matéria, pelo prazo máximo de 1 (um) ano. O Relator ouvirá as partes e demais interessados no prazo de 15 dias. Julgado o IRDR a tese jurídica será aplicada pelos demais juízes aos casos idênticos em tramitação, ressalvando que existem outros IRDR's já instaurados sobre o mesmo objeto perante o TRF da 1ª Região.

A Celesc G vem monitorando permanentemente o andamento do processo e acompanha as movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

## **2.2. Demais Participações**

### **2.2.1. Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS**

A Celesc detém 51% das ações ordinárias e 17% do capital social total da controlada em conjunto SCGÁS, empresa responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc; Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. – Mitsui Gás e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás.

A SCGÁS detém Contrato de Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

Destaque-se que, em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina – PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, ajuizou ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento autuada sob o nº 0011447-19.2013.8.24.0023, em face de SCGÁS, Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil LTDA e Infragás S.A., questionando alteração no Capital Social e o Acordo de Acionistas de 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentado os recursos judiciais cabíveis.



O TJSC, por meio de acórdão da 3ª Câmara de Direito Público decidiu em 24 de abril de 2018, dar provimento aos recursos de Gaspetro, Mitsui e SCGÁS, reformando a sentença favorável ao Estado de Santa Catarina e a Celesc considerando legais as alterações estatutárias e acordo de acionista. Desta decisão o Estado de Santa Catarina interpôs Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados em 06 de setembro de 2018. Na sequência, em 16 de outubro de 2018 o Estado de Santa Catarina interpôs Recursos Especial ao STJ e Extraordinário ao STF, assim como em 19 de outubro de 2018 a Celesc interpôs Recurso Especial ao STJ, sendo que no momento todos eles se encontram pendentes de apreciação pelo juízo de admissibilidade do TJSC antes de subirem aos Tribunais Superiores.

### **2.2.2. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE**

A coligada ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

A ECTE detém a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 1º de novembro de 2000, para implantação, manutenção e operação da Linha de Transmissão de 525kV de tensão, com 252,5km de extensão de linhas, entre as subestações de Campos Novos e Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social da ECTE, Alupar, com 50%, e a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA, com 19%.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL, é de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, autorizado pelo Ministério de Minas e Energia – MME. A ECTE possui um subsidiária, a Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE, cujo Contrato de Concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012 com prazo de vigência de 30 anos, responsável pela construção das subestações Abdon Batista (525kV/230kV) e Gaspar (230kV/138kV).

### **2.2.3. Dona Francisca Energética S.A. – DFESA**

A coligada DFESA é uma concessionária produtora independente de energia elétrica, com Contrato de Concessão de 28 de agosto de 1998 e prazo de vigência de 35 anos, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da Empresa. As empresas Gerdaul, com 52% de participação; Copel com 23% e Statkraft Energias Renováveis S.A. com 2%, são os demais sócios.

### **2.2.4. Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. – Usina Cubatão**

A Usina Hidrelétrica Cubatão S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996, para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão. Empreendimento localizado em Joinville, Santa Catarina, com potência instalada de 45MW. Após enfrentar entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou ao órgão regulador a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89).

Por meio da Portaria nº 310, de 27 de julho de 2018, o Ministro de Estado de Minas e Energia, extinguiu a concessão para o Aproveitamento de Energia Hidráulica denominado UHE Cubatão, cadastrado com o Código Único do Empreendimento de Geração – CEG: UHE.PH.SC.027062-8.01. Reconhece, ainda, não haver bens reversíveis vinculados à concessão, nem ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à ANEEL.

A Celesc possui 40% do Capital Social da empresa, a Inepar, com 40%, e a Statkraft, com 20%. O investimento na Usina Cubatão está integralmente provisionado como desvalorização em participação societária.

### **2.2.5. Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan**

A Casan é uma sociedade de economia mista de capital aberto e possui a função de planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento na sua área de concessão, na qual a Celesc é detentora de 15,48% do total das ações. O controle acionário é do Governo do Estado de Santa Catarina, que possui 64,21%, os demais investidores são: SC Participações e Parcerias S.A. – SC Par detentora de 18,03% e Codesc com 2,28%. O investimento na Casan está classificado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.

## **3. BASE DE PREPARAÇÃO**

As bases de preparações aplicadas nestas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, são descritas a seguir:

### **3.1. Declaração de Conformidade**

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2019, conforme estabelecem os artigos 17 e 18 da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nº 505, de 19 de junho de 2006.

### **3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

### **3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações são:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros; (Nota 5.7)
- b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 11)
- c) Bonificação de Outorga; (Nota 13.2)
- d) *Impairment* de Ativos Não Financeiros; (Notas 17 e 18)
- e) Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos; (Nota 20)
- f) Contingências; (Nota 27)
- g) Benefícios de Planos de Pensão (Passivo Atuarial); (Nota 28)
- h) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 31.1);
- i) Depreciação – Celesc G (Nota 18);
- j) Amortização do Ativo Indenizatório – Celesc D (Nota 19).

## 4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras, Individual e Consolidada.

### 4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Ativos Financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR reconhecidos no Balanço Patrimonial.

### 4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Como resultado das mudanças nas políticas contábeis da entidade, as demonstrações financeiras do exercício anterior estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota abaixo, o *IFRS 9/CPC 48* e o *IFRS 15/CPC 47* foram adotados sem a reapresentação da informação comparativa.

As reclassificações e os ajustes decorrentes das novas regras de *impairment* e de reconhecimento de receitas não se encontram, portanto, refletidos no balanço ajustado de 31 de dezembro de 2017, sendo reconhecidos no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2018, retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial.

#### 4.2.1. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e tiveram impactos materiais para o Grupo:

**IFRS 9/CPC 48 – “Instrumentos Financeiros”** – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de Ativos e Passivos Financeiros. As principais alterações que o *IFRS 9/CPC 48* traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR; (ii) novo modelo de *impairment* para Ativos Financeiros, híbrido de perdas esperadas e com prospecção de perdas incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A reapresentação das informações comparativas, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas, de períodos anteriores não é exigida. Desta maneira, com a aplicação inicial do *IFRS 9/CPC 48* a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia reconheceu em lucro acumulado as diferenças dos saldos contábeis de ativos financeiros referentes às perdas de crédito esperadas relacionadas às Contas a Receber de Clientes, devido ao impacto de equivalência decorrente do ajuste na Controlada Celesc D.



O valor do impacto no Patrimônio Líquido, em 1º de janeiro de 2018, foi de R\$11,1 milhões. Na Celesc D a contrapartida deste registro foi R\$16,8 milhões em de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD e R\$5,7 milhões em Tributos e Contribuições Sociais Diferidos e representam a melhor expectativa de perdas de crédito na data base das Demonstrações Financeiras.

#### 4.2.1.1. Balanço Patrimonial

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2017	Adoção CPC48/ IFRS 9	01 de janeiro de 2018	31 de dezembro de 2017	Adoção CPC48/ IFRS 9	01 de janeiro de 2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Contas a Receber de Clientes	-	-	-	1.399.563	(16.784)	1.382.779
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Investimentos	1.644.222	(11.077)	1.633.145	-	-	-
Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-	-	-	641.806	5.707	647.513
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>1.867.664</b>	<b>(11.077)</b>	<b>1.856.587</b>	<b>9.060.252</b>	<b>(11.077)</b>	<b>9.049.175</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Lucros Acumulados	-	(11.077)	(11.077)	-	(11.077)	(11.707)
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>1.867.664</b>	<b>(11.077)</b>	<b>1.856.587</b>	<b>9.060.252</b>	<b>(11.077)</b>	<b>9.049.175</b>

Em 1º de janeiro de 2018, data da adoção inicial do IFRS 9/CPC 48, a administração avaliou quais modelos de negócio se aplicavam aos ativos financeiros mantidos pelo Grupo e classificou os instrumentos financeiros nas devidas categorias da nova norma. Os principais efeitos provenientes dessa reclassificação são demonstrados a seguir:

	31 de dezembro 2017	Consolidado 01 de janeiro 2018
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>		<b>Custo Amortizado</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		Caixa e Equivalentes de Caixa
Contas a Receber de Clientes		Contas a Receber de Clientes
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13)		Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13)
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga		Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga
Ativos Financeiro – CVA		Ativos Financeiro – CVA
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>		<b>Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA</b>
Título e Valores Mobiliários		Título e Valores Mobiliários
Ativo Indenizatório/(Concessão)		<b>Valor Justo Por Meio Do Resultado – VJR</b>
		Ativo Indenizatório/(Concessão)

#### Reclassificação de Disponível para Venda para Valor Justo por Meio do Resultado

O Ativo Indenizatório (Concessão) foi reclassificado de disponíveis para venda para ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (R\$397,4 milhões em 1º de janeiro de 2018). Eles não atingiram os critérios do IFRS 9/CPC 48 para serem classificados ao custo amortizado, porque os seus fluxos de caixa não representam apenas pagamentos do principal e de juros.

#### Reclassificação de Disponível para Venda para Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes

Certos investimentos patrimoniais foram reclassificados de disponíveis para venda para valor justo por meio de outros resultados abrangentes (R\$137,5 milhões em 1º de janeiro de 2018). O Grupo escolheu apresentar em outros resultados abrangentes as mudanças no valor justo de tais investimentos patrimoniais anteriormente classificados como disponíveis para venda, pois esses investimentos não eram mantidos para negociação.

## Reclassificação Empréstimos e Recebíveis para Custo Amortizado

Os ativos anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis, são agora classificados ao custo amortizado. O Grupo pretende manter os ativos até o vencimento a fim de coletar os fluxos de caixa contratuais, que consistem apenas em pagamentos do principal e de juros sobre o valor do principal em aberto.

**IFRS 15/CPC 47 – “Receita de Contratos com Clientes”** – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. As efetivas modificações trazidas pelo CPC 47 são: i) a modificação de contrato (ajuste retroativo); ii) reconhecimento da Receita cumprida uma obrigação havendo então a transferência de controle ao cliente; iii) reconhecimento da Receita em determinado momento ou ao longo do tempo; iv) determinação do preço total ou parcialmente variável; v) uso de estimativas e limites que necessitam de alto grau de julgamento, podendo afetar o valor ou até mesmo o momento de reconhecimento de receita; vi) divulgações mais amplas.

A *performance* das distribuidoras em relação a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores é percebida pela avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais a Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão – DIC e a Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão – FIC.

Conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, essas penalidades estão classificadas na Despesa Operacional.

Com a adoção da nova norma, a Celesc D reclassificou R\$14,3 milhões, em 2017, de Custo dos Serviços Prestados para Receita de Vendas e Serviço de Energia Elétrica, referente às penalidades DIC e FIC, reconhecendo a Receita de forma líquida de contraprestação variável.

### 4.2.1.2. Demonstração do Resultado do Exercício

			Consolidado
	31 de dezembro 2017	Reclassificação (CPC 47)	31 de dezembro 2017 (Reapresentado)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>7.091.235</b>	<b>(14.299)</b>	<b>7.076.936</b>
Receita das Vendas e Serviços	6.174.748	(14.299)	6.160.449
Receita de Construção	441.025	-	441.025
Receita Parcela A – CVA	473.134	-	473.134
Atualização do Ativo Financeiro – VNR	2.328	-	2.328
<b>Custos de Vendas /Serviços Prestados</b>	<b>(6.211.679)</b>	<b>14.299</b>	<b>(6.197.380)</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	(5.044.881)	-	(5.044.881)
Custo dos Produtos Vendidos	(24.700)	-	(24.700)
Custo dos Serviços Prestados	(701.073)	14.299	(686.774)
Custo de Construção	(441.025)	-	(441.025)

#### 4.2.1.3. Demonstração do Valor Adicionado

	Consolidado		
	31 de dezembro 2017	Reclassificação (CPC 47)	31 de dezembro 2017 (Reapresentado)
<b>Receitas</b>	<b>11.507.520</b>	<b>(14.299)</b>	<b>11.493.221</b>
Venda de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.025.674	(14.299)	11.011.375
Receita de Construção	441.025	-	441.025
Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(54.167)	-	(54.167)
Outras Receitas	94.988	-	94.988
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(5.807.097)</b>	<b>14.299</b>	<b>(5.792.798)</b>
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(5.148.067)	-	(5.148.067)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros	(221.097)	14.299	(206.798)
Perdas/Recuperação de Ativos	3.092	-	3.092
Custo de Construção	(441.025)	-	(441.025)

#### 4.3. Novas Normas e Interpretações

A seguinte nova norma foi emitida pelo *IASB*, mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

**IFRS 16/CPC 06 – “Operações de Arrendamento Mercantil”** – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O *IFRS 16* entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o *IAS 17/CPC 06 – “Operações de Arrendamento Mercantil”* e correspondentes interpretações.

O Grupo realizou uma análise pertinente ao assunto e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação da nova norma.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Empresa.

#### 4.4. Principais Políticas Contábeis

##### 4.4.1. Base de Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas.

##### a) Principais Procedimentos de Consolidação

Os principais procedimentos de eliminação na consolidação são: saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; participações das entidades controladas no patrimônio líquido da controladora; e saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

## **b) Controladas**

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As subsidiárias integrais são consolidadas nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado.

## **c) Coligadas e Controladas em Conjunto**

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto (*joint ventures*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

### **4.4.2. Apresentação de Informações por Segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o órgão principal na tomada de decisões operacionais e estratégicas do Grupo (Nota 31).

As mensurações utilizadas para reportar a informação por segmento são idênticas às utilizadas nas preparações das Demonstrações Financeiras do Grupo.

### **4.4.3. Conversão de Moeda Estrangeira**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são reconhecidos no resultado financeiro.

## **4.5. Instrumentos Financeiros**

### **4.5.1. Classificação**

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Esta classificação é decorrente da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. O Grupo determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e os avalia periodicamente.

#### **a) Custo Amortizado**

Fazem parte dessa categoria os ativos financeiros mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais originam fluxos de pagamentos somente do principal e juros.

#### **b) Valor Justo por Meio do Resultado – VJR**

A Celesc classifica como VJR os investimentos em infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de geração de sujeitos à indenização, uma vez que a alteração no valor justo desse ativo será reconhecida no resultado.

### **c) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA**

A norma requer que o ativo financeiro avaliado ao VJORA atenda os seguintes critérios: seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e dê origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Estão classificados os investimentos sobre os quais não se aplica o método de equivalência.

#### **4.5.2. Reconhecimento e Mensuração**

Os ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (c) valor justo por meio do resultado.

#### **4.5.3. Compensação de Instrumentos Financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (Nota 13.1)

#### **4.5.4. Impairment de Ativos Financeiros**

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre os riscos de inadimplências e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer as premissas e selecionar os dados para o cálculo de *impairment* com base no histórico da Empresa, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras.

Quando houver evidências de perda, ou seja, o valor recuperável é inferior ao valor contábil do ativo, a perda será reconhecida como despesa na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, por causa de evento ocorrido após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda é reconhecida como receita na demonstração do resultado.

##### **4.5.4.1. Política Contábil Anterior para, *Impairment* Ativos Financeiros**

No exercício anterior, o Grupo avaliava, no final de cada período, se havia evidência objetiva de *impairment*. O montante da perda por *impairment* era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

#### **4.6. Estoques**

Os estoques são contabilizados pelo custo médio das compras no ativo circulante e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor.

#### **4.7. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido**

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido, sendo reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. No ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos diferidos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidade e autoridade tributáveis.

#### **4.8. Depósitos Judiciais**

A Companhia mantém registrado nesta rubrica valores, depositados para fazer jus ao contingenciamento dos processos judiciais (tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios, ambientais).

#### **4.9. Imobilizado**

O Imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, máquinas e equipamentos e obras civis e benfeitorias da Celesc G. São mensurados pelo seu custo histórico, ajustado pelo custo atribuído, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

O custo de ativos construídos pela própria Celesc G inclui: (i) o custo de materiais; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar; e (iii) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas será revertido. Em caso de reparos e manutenções, os custos incorridos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Ganhos e Perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em Outras Receitas/Despesas operacionais no resultado.

##### **a) Depreciação**

Para os ativos das usinas que possuem contrato de registro, para aqueles localizados na Administração Central e para aqueles que os contratos de concessão preveem indenização ao final da concessão, a depreciação é determinada de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015.

Para os ativos em que não há previsão de indenização ao final do contrato de concessão, a depreciação é baseada no prazo de concessão definido em contrato ou vida útil, dos dois o menor.

#### **4.10. Intangíveis**

Os intangíveis são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis, deduzidos da amortização acumulada apurada em base linear ou pela vida útil definida em contratos ou, ainda, pelo prazo de concessão.

#### **a) Contratos de Concessões**

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando o Grupo tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços do prestados pelo Grupo.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que este trabalho gere benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, dos dois o menor.

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registrados nas Demonstrações Financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

#### **b) Ágio**

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e amortizado com base no prazo da concessão.

#### **c) Programas de Computador – Softwares**

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada (Nota 19). Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

#### **d) Uso do Bem Público – UBP**

O UBP, instituído pela Lei Federal nº 9.074/1995 e alterações, é um fundo de propriedade da União constituído por recursos provenientes dos pagamentos pela concessão, ou autorização, outorgada a produtores independentes para geração de energia elétrica.

### **4.11. Impairment de Ativos não Financeiros**

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio, são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Havendo perda por redução no valor recuperável, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs) identificáveis separadamente.

A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo, líquido de depreciação ou amortização, não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Este procedimento não se aplica ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). No caso de ágio com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.



## **4.12. Ativo Financeiro**

Refere-se a um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

### **4.12.1. Caixa e Equivalente de Caixa**

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### **4.12.2. Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, que são reconhecidas quando há aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

### **4.12.3. Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão**

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição e geração de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados no período de concessão. Estes ativos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado.

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e relacionadas à infraestrutura.

A partir de 2012, com o advento da MP nº 579/2012 (convertida na Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013), o ativo financeiro de concessão de distribuição é mensurado pelo Valor Novo de Reposição – VNR, o qual é homologado pela ANEEL a cada ciclo de Revisão Tarifária Periódica – RTP.

Salienta-se que a revisão tarifária periódica da Celesc D ocorre a cada cinco anos, conforme Contrato de Concessão, e somente nessa data a Base de Remuneração Regulatória – BRR é homologada pela ANEEL pelo VNR depreciado.

Nos períodos entre as datas da Revisão Tarifária Periódica – RTP, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da BRR entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA como fator de atualização do valor justo da BRR.



#### **4.12.4. Bonificação de Outorga**

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, teve a contabilização embasada no ICPC 01 – Contratos de Concessão, sendo considerado como ativo financeiro, classificado como custo amortizado, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

Estes valores foram contabilizados inicialmente quando do pagamento em contrapartida a Caixa e Equivalente de Caixa. Mensalmente o saldo é atualizado pela TIR e monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

#### **4.12.5. Ativo Financeiro – Parcela A – CVA**

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo da conta é atualizado com base na taxa de juros Selic.

Conforme regra contábil descrita anteriormente (Nota 4.4.2), os ativos e passivos financeiros – Parcela A – CVA, são compensados e reportados no balanço patrimonial pelo valor líquido. Este ativo financeiro é classificado como custo amortizado.

#### **4.12.6. Subvenção e Repasse da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE**

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

### **4.13. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes**

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

#### **4.13.1. Conta Bandeira Tarifária**

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica Ativo/Passivo Financeiro. (Nota 12).

### **4.14. Passivos Financeiros**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A sua baixa ocorre quando suas obrigações contratuais são liquidadas, retiradas ou canceladas.

#### **4.14.1. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por encargos de uso da rede elétrica, compra de energia elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

#### **4.14.2. Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação, e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demande um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando forem prováveis que eles resultarão benefícios econômicos futuros para a entidade, e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### **4.14.3. Debêntures**

As Debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

#### **4.14.4. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE**

Estes valores foram contabilizados na rubrica Taxas Regulamentares, vinculadas ao Serviço Concedido.

#### **4.14.5. Reserva Matemática à Amortizar**

Passivo Atuarial referente a dívida pactuada com a Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos relacionada a mudança do Plano Previdenciário (Benefício Definido – BD, para Contribuição Definida – CD).

#### **4.15. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

#### **4.16. Benefícios a Empregados e Aposentados**

##### **a) Obrigações com Fundo Pensão**

A Celesc D possui em seu rol de benefícios aos empregados planos previdenciários nas modalidades da Benefício Definido – BD, Contribuição Variável – CV e Contribuição Definida – CD. Os planos BD e CV tem por característica a aposentadoria com uma renda vitalícia, definida com base no regulamento do plano (BD) ou de acordo com o saldo na conta de aposentadoria e expectativa de vida (CV).

O passivo relacionado aos planos previdenciários é o valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor dos ativos do plano. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Para os planos de contribuição definida, a Celesc D paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Celesc D não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

#### **b) Participação nos Lucros e Resultados – PLR**

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício, o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre a Companhia e seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

#### **4.17. Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

#### **4.18. Distribuição de Dividendos**

A Companhia reconhece no passivo circulante, no encerramento do exercício social, o montante do dividendo mínimo de 25% do lucro ajustado, aprovado pelo Conselho de Administração, a ser distribuído aos acionistas. Valores acima do mínimo obrigatório, definidos pela Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, são reconhecidos no Patrimônio Líquido e somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas.

#### **4.19. Capital Social**

As ações Ordinárias e as Preferenciais são classificadas no Patrimônio Líquido.

#### **4.20. Reconhecimento de Receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada no curso normal das atividades do Grupo. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando: a) os valores das receitas, dos custos incorridos e das despesas da transação possam ser mensurados com segurança; b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; c) o Grupo não detém mais a gestão e controle sobre a energia vendida ou distribuída; e d) os riscos e benefícios relacionados à energia vendida ou distribuída são transferidos ao comprador/consumidor.

#### **a) Fornecimento de Energia Elétrica**

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

#### **b) Suprimento de Energia Elétrica**

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

#### **c) Disponibilidade da Rede Elétrica**

São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela própria Concessionária por meio de suas atividades.

#### **d) Energia de Curto Prazo**

A Energia de Curto Prazo é um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

#### **e) Ativo e Passivo Financeiro**

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

#### **f) Doações e Subvenções**

As receitas de doações e subvenções são reconhecidas pelo regime de competência conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. São reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a entidade cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização será a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução do passivo.

#### **g) Receita de Construção**

A Empresa contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade-fim da empresa é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a empresa terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

#### **h) Receita de Atualização Valor Novo de Reposição – VNR**

Refere-se à atualização pelo IPCA do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo VNR.

#### **i) Receita de Atualização da Bonificação de Outorga**

Por tratar-se de um Contrato de Concessão o Grupo reconhece a receita financeira de juros efetivos, vinculada à correção da parcela do valor pago a título de bonificação de outorga, dentro do grupo de “Receita Operacional”.

Para cada usina existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga – RBO. A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no Contrato de Concessão.

#### **j) Receita Financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

#### **k) Receita de Dividendos**

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

### **5. GESTÃO DE RISCO**

A Diretoria de Planejamento e Controle Interno – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos estratégicos, modelando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Companhia.

#### **5.1. Risco Financeiro**

##### **5.1.1. Risco de Crédito**

###### **Inadimplência**

Risco de comprometimento do planejamento econômico financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

##### **5.1.2. Risco de Liquidez**

###### **Acesso a Capital de Terceiros**

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado afetando o planejamento de caixa, execução das estratégias ou geração futura de retornos financeiros, através do comprometimento da estrutura de capital.

###### **Fluxo de Caixa**

Risco de baixa liquidez financeira seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

**Consolidado**  
**31 de**  
**dezembro**  
**2018**

Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a Três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de 5 anos	Total
Contas a Receber		1.520.294	45.756	26.643	44.030	7.604	1.644.327
Caixa e Equivalente de Caixa		698.060	-	-	-	-	698.060
Depósitos Judiciais		-	-	-	170.350	-	170.350
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (Nota 26)		1.511.003	-	-	-	-	1.511.003
Ativo Financeiro – CVA		18.946	37.994	174.227	31.176	-	262.343
Bonificação Outorga	IPCA	2.745	5.421	23.612	105.123	184.770	321.671
Partes Relacionadas		-	-	3.092	-	-	3.092
<b>Total Ativo</b>		<b>3.751.048</b>	<b>89.171</b>	<b>227.574</b>	<b>350.679</b>	<b>192.374</b>	<b>4.610.846</b>
Empréstimos CDI	CDI + 1,25% a 1,30%	1.730	-	-	361.044	-	362.774
Empréstimo Bancário	7,40% a.a. a 7,67% a.a.	1.125	150.927	154.070	-	-	306.122
Eletrobras	5% a.a.	1.186	2.343	6.024	4.741	1.577	15.871
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	741	1.337	6.132	22.983	379	31.572
	CDI + 1,3% a.a. a 1,9% a.a.	3.657	-	103.781	301.612	-	409.050
Debêntures – Celesc D		-	867	26.951	150.804	-	178.622
Debêntures – Celesc G	CDI + 2,5% a.a.	478.966	527.888	-	-	-	1.006.854
Fornecedores		15.763	-	-	-	-	15.763
Partes Relacionadas		2.069.926	-	-	-	-	2.069.926
Conta Desenvolvimento Energético – CDE <sup>(i)</sup>		11.795	9.863	46.844	350.396	127.601	546.499
Reserva Matemática a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	-	-	777	-	322.616	323.393
BID	3,42% a.a.	-	-	-	-	-	-
<b>Total Passivo</b>		<b>2.584.889</b>	<b>693.225</b>	<b>344.579</b>	<b>1.191.580</b>	<b>452.173</b>	<b>5.266.446</b>

## Atuarial

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Celesc, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados (Celos), por definição de taxa atuarial equivocada, gestão inadequada, ou em desacordo com as práticas de mercado, ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

### 5.1.3. Categoria Mercado:

#### Risco de Empréstimos

Risco do vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro devido ao não cumprimento dos *covenants* financeiros e não financeiros, estabelecidos nas cláusulas referentes aos contratos de empréstimos, financiamento e Debêntures.

### 5.2. Classe de Risco Operacional

#### 5.2.1. Categoria Gestão

#### Planejamento e Orçamento

Risco de perdas pela ausência de sistemas especializados, simulação de cenários baseada em informações não confiáveis, premissas inadequadas e dificuldade de consolidação de informações para gerar planejamento e monitoramento do orçamento, comprometendo a expectativa, resultados e metas aprovados.

#### Contraparte

Risco de perdas e/ou dificuldade de execução de suas estratégias devido ao não cumprimento total ou parcial pela contraparte (fornecedores, prestadores de serviço, etc.) das cláusulas acordadas, expondo a Celesc G a contingências, obrigações solidárias e perdas financeiras.

## **Investimentos**

Risco de perdas por decisões de investimentos em desacordo com o alinhamento estratégico, através de não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes e desembolsos imprevistos.

## **Faturamento**

Risco de perdas financeiras provocadas pela falta de qualidade do faturamento, representada por faturamento pela média, leitura equivocada, fraude, falta de qualidade de equipamentos e de capacitação de equipe própria e de terceiros.

### **5.2.2. Categoria Processo**

#### **Resguardo de Ativos**

Risco de perdas financeiras decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados.

#### **Perdas**

Risco da redução de receita devido ao aumento de perdas técnicas e não técnicas da energia comercializada, em função da deficiência da infraestrutura dos sistemas de distribuição ou ainda por ineficiência de controle de fraudes e roubos.

#### **Contratação de Energia da Distribuidora**

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido a contratação fora dos limites regulatórios.

### **5.2.3. Categoria Risco de Produção de Energia Elétrica**

#### **Afluência Média**

As Usinas da Celesc G são do tipo fio d'água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico.

#### **Disponibilidade das Unidades Geradoras**

Devido à idade avançada das usinas da Celesc G (idades de 50 a 109 anos), ao desgaste natural de peças e equipamentos e aos serviços de melhoria e modernização, a geração de energia é influenciada pela disponibilidade das unidades geradoras.

### **5.2.4. Pessoal**

#### **Saúde e Segurança**

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.



## **Gestão de Pessoas**

Risco de perdas pela ausência de profissionais capacitados, limitações de contratações impostas pela legislação e mecanismos de retenção dos colaboradores dificultando o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

## **Desenvolvimento de Pessoas**

Risco de perdas provocados pela ausência ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais do grupo, por meio de treinamentos e atualização das melhores práticas, tornando a "inteligência" disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

### **5.2.5. Risco de Informação e Tecnologia**

#### **Acesso a Informações e Infraestrutura de TI**

Risco de perdas ou danos decorrentes do acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à políticas e parâmetros de segurança inadequados, ou má intenção de usuários, bem como pela capacidade de processamento de sistemas ou falhas/morosidades nas operações dos sistemas disponíveis e proteção inadequada/salvaguarda física dos ativos de rede.

### **5.3. Classe de Risco de Compliance**

#### **5.3.1. Categoria Regulatório/Legal**

##### **Socioambiental**

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais em desacordo com a legislação (descumprimento deliberado, desconhecimento das leis e falhas operacionais), expondo a empresa a autuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

##### **Revisão Tarifária**

Risco de perdas na remuneração contida na Parcela B, que representa os custos gerenciáveis da empresa, provocadas pelo não cumprimento das exigências regulatórias estabelecidas pela ANEEL ou por alterações na metodologia do processo de revisão tarifária, mais especificamente na valoração da Base de Remuneração Regulatória, resultando em Parcela B inferior ao esperado.

##### **Extinção da Concessão**

###### **a) Distribuição de Energia**

A Companhia assinou em 09 de dezembro de 2015 o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica da Celesc D com vigência de 30 anos, no qual consta que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

Os indicadores de qualidade técnicos: redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo limite dado pela ANEEL para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de 25% de redução. Seguindo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.



ANO	GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		VERIFICAÇÃO
		DECi <sup>1</sup>	FECi <sup>2</sup>	
2016		14,77	11,04	ATENDIDO
2017	LAJIDA>0	13,79	10,44	ATENDIDO
2018	{LAJIDA (-) QRR}≥0	12,58	9,84	ATENDIDO
2019	{DIVIDA LIQUIDA/[LAJIDA (-)QRR <sup>32</sup> ]}≤1/0,8*SELIC <sup>4</sup>	11,56	9,25	
2020	DIVIDA LIQUIDA/{LAJIDA (-)QRR}<1/1,11*SELIC	11,30	8,65	

<sup>1</sup> DECi - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

<sup>2</sup> FECi - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidor

<sup>3</sup> QRR - Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica — RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12(doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

<sup>4</sup> Selic limitada a 12,87% a.a.

## b) Geração de Energia

Risco de extinção da prorrogação do Contrato de Concessão da Usina Celso Ramos em decorrência da obrigatoriedade da entrada em operação comercial até 2021 de duas novas unidades geradoras a serem construídas pela Celesc G.

## Regulação do Setor Elétrico

Risco de exposição a sanções administrativas aplicadas pela Agência Reguladora diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da Celesc, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

## Tributário

Risco de perdas pelo não cumprimento da legislação, pela incorreta interpretação das regras ou por contabilização indevida ou ainda por mudança intempestiva da legislação tributária.

## Fraude

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

## Ações Judiciais

Risco de perdas provocados por práticas em desacordo com a legislação brasileira e Termos de Ajustamento de Conduta ou deficiências internas que dificultam ou impossibilitam a construção de defesa.

## 5.4. Risco Estratégico

### 5.4.1. Risco de Governança

#### Imagem

Risco de queda no nível de reputação do Grupo perante os principais *stakeholders*.

## 5.4.2. Risco de Estratégia

### Gestão Estratégica

Risco de planejamento estratégico inadequado em relação a realidade de mercado e contexto interno, e tomada de decisões desalinhadas com os objetivos traçados.

### Cenário Político e Estratégico

Risco de impacto nas atividades do grupo, decorrentes de alterações de diretrizes políticas, nas esferas estadual, federal e mundial, assim como decisões que possam impactar no planejamento estratégico da Companhia.

## 5.5. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2018:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Consolidado		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
<b>CDI<sup>1</sup> (%)</b>			<b>6,44%</b>	<b>8,05%</b>	<b>9,66%</b>
	Aplicações Financeiras	577.100	37.165	46.457	55.748
	Empréstimos	301.725	19.431	1.251	81
	Debêntures	(273.453)	(17.610)	(22.013)	(26.416)
<b>SELIC</b>			<b>6,68%</b>	<b>8,35%</b>	<b>10,02%</b>
	Ativo Financeiro – CVA	253.259	16.918	21.147	25.377
	Parcelamento CDE	-	-	-	-
<b>IPCA<sup>2</sup> (%)</b>			<b>3,75%</b>	<b>4,69%</b>	<b>5,63%</b>
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 14)	183.762	6.891	8.618	10.346
	Bonificação de Outorga	281.018	10.538	13.180	15.821
	Reserva Matemática a Amortizar	(424.593)	(15.922)	(19.913)	(23.905)

## 5.6. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

<sup>1</sup> Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT M19 com vencimento em 03/06/2019 (fechamento 14/01/2019)

<sup>2</sup> IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimo de curto e longo prazo) e Debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	645.348	130.466
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	273.453	-
Debêntures	501.262	352.216
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(698.060)	(564.594)
Dívida Líquida	722.003	(81.912)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.800.856</b>	<b>1.842.238</b>
<b>Total do Capital</b>	<b>2.522.859</b>	<b>1.760.326</b>
Índice de Alavancagem Financeira (%)	28.62%	-4,65%

## 5.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2018. O valor contábil é próximo ao valor justo dos ativos e passivos financeiros. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição – Nível 3	Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA</b>		
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 10)	137.261	137.261
Outros	217	217
<b>Valor Justo por Meio do Resultado – VJR</b>		
Ativo Indenizatório (Concessão) (Nota 14)	441.030	397.355
<b>Total do Ativo</b>	<b>578.508</b>	<b>534.833</b>

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- a) abordagem de mercado;
- b) abordagem de custo;
- c) abordagem de receita;
- d) Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2018.

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado
				Total
<b>Ativo</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa	698.060	-	-	698.060
Contas a Receber de Clientes	2.289.499	-	-	2.289.499
Partes Relacionadas	3.092	-	-	3.092
Depósitos Judiciais	170.350	-	-	170.350
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13)	1.511.003	-	-	1.511.003
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizatório (Concessão)	-	441.030	-	441.030
Ativo Financeiro – CVA	253.259	-	-	253.259
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	281.018	-	-	281.018
Outros	-	-	217	217
	<b>5.206.281</b>	<b>441.030</b>	<b>137.478</b>	<b>5.784.789</b>
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	1.006.854	-	-	1.006.854
Eletrobrás	14.865	-	-	14.865
Empréstimos	630.483	-	-	630.483
BID	273.453	-	-	273.453
Debêntures	501.262	-	-	501.262
Partes Relacionadas	15.763	-	-	15.763
Reserva Matemática a Amortizar	424.593	-	-	424.593
Encargos Setoriais – CDE	2.069.926	-	-	2.069.926
	<b>4.937.199</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.937.199</b>

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2017.

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado
				Total
<b>Ativo</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa	564.594	-	-	564.594
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	397.355	-	397.355
Contas a Receber de Clientes	2.017.527	-	-	2.017.527
Partes Relacionadas	6.134	-	-	6.134
Depósitos Judiciais	161.430	-	-	161.430
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13)	1.532.912	-	-	1.532.912
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	272.163	-	-	272.163
Outros	-	-	217	217
	<b>4.554.760</b>	<b>397.355</b>	<b>137.478</b>	<b>5.089.593</b>
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	831.582	-	-	831.582
Empréstimos	161.031	-	-	161.031
Debêntures	352.216	-	-	352.216
Partes Relacionadas	19.732	-	-	19.732
Reserva Matemática a Amortizar	460.992	-	-	460.992
Encargos Setoriais – CDE	2.562.138	-	-	2.562.138
Passivo Financeiro – CVA	26.327	-	-	26.327
	<b>4.414.018</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.414.018</b>

## 7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	800.485	1.145.115
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	810.699	249.283
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	678.315	623.129
	<b>2.289.499</b>	<b>2.017.527</b>

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

## 8. ESTOQUES

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Almoxarifado	8.494	9.628
Outros	142	104
	<b>8.636</b>	<b>9.732</b>

Os estoques são compostos por materiais, no almoxarifado, destinados principalmente à manutenção das operações de distribuição de energia.

## 9. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Recursos em Banco e em Caixa	308	46	120.960	129.086
Aplicações Financeiras	16.455	25.002	577.100	435.508
	<b>16.763</b>	<b>25.048</b>	<b>698.060</b>	<b>564.594</b>

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 99,6% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

## 10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários classificados em ativos não circulantes são mensurados a valor justo.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA</b>				
Ações Casan	137.261	137.261	137.261	137.261
Outros Investimentos	217	217	217	217
<b>Não Circulante</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>

## 10.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária no investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual do referido investimento.

O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Para o cálculo do *valuation* o período de projeção adotado é de 17 anos (até 2035), com valor terminal (fluxo dos últimos 12 meses de projeção). A taxa de desconto usada foi WACC nominal de 11,99% a.a., com taxa de crescimento a longo prazo (perpetuidade) nominal de 3,75% a.a. (meta central de inflação a partir de 2021). O custo da dívida após os impostos é de 7,13% a.a. e o custo do capital próprio de 16,3% a.a.

Por não haver participante no mercado ativo e por se tratar de uma estimativa com diversas variáveis, que não resultaram em acréscimos relevantes, a Companhia não alterou o valor justo desse instrumento financeiro em 31 de dezembro de 2018.

### Conciliação do Valor Contábil:

	Controladora	Consolidado
Descrição	Total	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>137.261</b>	<b>137.261</b>
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>137.261</b>	<b>137.261</b>
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>137.261</b>	<b>137.261</b>

## 11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

### a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Consumidores</b>					
Residencial	458.353	138.944	98.313	695.610	595.065
Industrial	249.353	43.715	361.624	654.692	613.108
Comércio, Serviços e Outros	290.084	48.095	96.009	434.188	374.307
Rural	86.648	12.760	21.257	120.665	108.314
Poder Público	67.977	2.023	9.428	79.428	73.668
Iluminação Pública	35.912	325	16.417	52.654	48.488
Serviço Público	30.917	419	1.316	32.652	28.748
	<b>1.219.244</b>	<b>246.281</b>	<b>604.364</b>	<b>2.069.889</b>	<b>1.841.698</b>
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>					
Concessionárias e Permissionárias	109.394	6.334	12.939	128.667	113.406
Transações no Âmbito da CCEE	33.734	-	29.035	62.769	28.483
Outros Créditos	-	4.324	23.850	28.174	33.940
	<b>143.128</b>	<b>10.658</b>	<b>65.824</b>	<b>219.610</b>	<b>175.829</b>
	<b>1.362.372</b>	<b>256.939</b>	<b>670.188</b>	<b>2.289.499</b>	<b>2.017.527</b>
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes (b)				(645.172)	(582.584)
				<b>1.644.327</b>	<b>1.434.943</b>
			<b>Circulante</b>	<b>1.592.693</b>	<b>1.399.563</b>
			<b>Não Circulante</b>	<b>51.634</b>	<b>35.380</b>

O Ofício ANEEL/SFF nº 84/2018 determina que deverão compor a base de cálculo da alíquota efetiva, o PIS/PASEP e a COFINS incidentes sobre as Receitas Financeiras da atualização dos Ativos Regulatórios e da atualização do Ativo Financeiro da Concessão.

A Diretoria da Companhia, em conformidade com o referido Ofício, aprovou a cobrança dos valores retroativos de maio de 2015 a fevereiro de 2018, atualizados monetariamente pela Selic, no montante de R\$13,5 milhões, na alíquota efetiva repassada aos consumidores em março de 2018 com reflexos financeiros em maio de 2018.

## **b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes**

As perdas esperadas sobre os valores vincendos são constituídas em virtude de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Celesc G, além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, está sujeita às inadimplências ocorridas no Mercado de Energia Elétrica do Sistema Interligado Nacional, nas quais estas são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE e são rateadas entre os agentes de mercado.

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Consumidores</b>		
Residencial	101.233	91.692
Industrial	225.637	207.302
Têxtil (i)	114.614	114.613
Comércio, Serviços e Outras	92.933	81.559
Rural	18.271	10.597
Poder Público	11.287	11.436
Iluminação Pública	15.862	14.543
Serviço Público	1.321	1.382
Concessionárias e Permissionárias (ii)	31.469	16.533
Consumidores Livres	8.829	8.312
Outros	23.716	24.615
<b>Total</b>	<b>645.172</b>	<b>582.584</b>
<b>Circulante</b>	<b>530.558</b>	<b>467.971</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>114.614</b>	<b>114.613</b>

### **b.1) Movimentação**

Descrição	Consolidado	
	Montante	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>528.417</b>	
Provisão Constituída no Período	108.707	
Baixas de Contas a Receber	(54.540)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>582.584</b>	
Provisão Constituída no Período	52.499	
Baixas de Contas a Receber	(6.695)	
Ajuste CPC 48	16.784	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>645.172</b>	

### **(i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil**

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Têxtil RenauxView S.A.



Em 2011, a Buettner S.A. entrou em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231. Em 2017, a Celesc D, considerando a possibilidade de não receber os valores da empresa Buettner S.A, reverteu o provisionamento realizado em 2011 e lançou para perdas o montante de R\$18.231.

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial sendo provisionado em 2012 o montante de R\$16.888. A Celesc D recebeu referente a recuperação judicial o montante de R\$3.283, valor este revertido da provisão.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a Empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à Companhia Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

## b.2) Movimentação da PECLD – Setor Têxtil

A composição, por empresa está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Descrição	Montante
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.794
Companhia Industrial Schlösser S.A	16.888
Buettner S.A.	18.231
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>136.128</b>
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período	(21.515)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>114.613</b>
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.794
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
Buettner S.A.	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>114.613</b>
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>114.613</b>
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.794
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>114.613</b>

## (ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor* – GSF

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do *GSF* nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R\$29.035 em 31 de dezembro de 2018.

Do montante total, foi revertido no exercício de 2018 o valor de R\$1.196 devido ao seu recebimento nesse ano, enquanto que o valor provisionado em 2018 é de R\$14.850, considerando que não há certeza acerca do recebimento pela liquidação no mercado de curto prazo em face à controvérsia e à incerteza do deslinde do processo judicial.



### b.3) Movimentação da PECLD da GSF

Descrição	Consolidado
	Montante
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>10.583</b>
Provisão Constituída no Período	16.075
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(11.277)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>15.381</b>
Provisão Constituída no Período	13.020
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(1.136)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>27.265</b>

## 12. OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Outros Créditos a Receber	31 de dezembro 2018	Consolidado 31 de dezembro 2017
<b>Circulante</b>	<b>221.505</b>	<b>250.663</b>
Pessoal a Disposição	2.888	3.209
Adiantamento Proinfa	17.098	14.519
Adiantamentos Diversos	334	3.286
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	51.778	65.612
Compartilhamento de Infraestrutura	10.441	3.631
Conta Bandeiras	13.210	54.825
Programa Baixa Renda	50.240	15.282
Eletrosul	34.643	46.733
Outras Contas (i)	40.873	43.566
<b>Não Circulante</b>	<b>2.725</b>	<b>3.524</b>
Outras Contas	2.725	3.524
<b>Total</b>	<b>224.230</b>	<b>254.187</b>

(i) Despacho ANEEL nº 4.171/2017 referente a valores a receber da Eletrosul. (Nota 31.2 – c).

## 13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

### 13.1. Parcela A – CVA

Ativos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2016	Adição	Amortização	Remuneração	31 de dezembro 2017	Amortização	Constituição	Consolidado	
								Circulante	Não Circulante
<b>CVA Ativa</b>	<b>145.599</b>	<b>558.022</b>	<b>(96.313)</b>	<b>11.841</b>	<b>619.149</b>	<b>87.149</b>	<b>532.000</b>	<b>308.816</b>	<b>310.333</b>
Energia	90.135	499.598	(47.204)	9.218	551.747	71.850	479.897	271.807	279.940
Proinfa	22.208	-	(22.208)	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	30.215	45.656	(24.375)	2.164	53.660	13.857	39.803	30.442	23.218
Transporte de Energia	3.041	12.768	(2.526)	459	13.742	1.442	12.300	6.567	7.175
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>122.319</b>	<b>10.945</b>	<b>(75.892)</b>	<b>3.835</b>	<b>61.207</b>	<b>41.917</b>	<b>19.290</b>	<b>49.953</b>	<b>11.254</b>
Neutralidade da Parcela A	121.714	10.945	(75.287)	3.835	61.207	41.917	19.290	49.953	11.254
Outros	605	-	(605)	-	-	-	-	-	-
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>267.918</b>	<b>568.967</b>	<b>(172.205)</b>	<b>15.676</b>	<b>680.356</b>	<b>129.066</b>	<b>551.290</b>	<b>358.769</b>	<b>321.587</b>

Ativos Financeiros Setoriais	Consolidado								
	31 de dezembro 2017	Adição	Amortização	Remuneração	31 de dezembro 2018	Amortização	Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Ativa</b>	<b>619.149</b>	<b>576.792</b>	<b>(400.256)</b>	<b>80.421</b>	<b>876.106</b>	<b>480.685</b>	<b>395.421</b>	<b>645.444</b>	<b>230.662</b>
Energia	551.747	438.835	(312.552)	73.511	751.541	369.527	382.014	528.700	222.841
Proinfa	-	7.940	(3.115)	470	5.295	4.781	514	4.995	300
Transporte Rede Básica	53.660	52.652	(49.676)	5.304	61.940	54.989	6.951	57.885	4.055
Transporte de Energia	13.742	9.159	(8.010)	1.136	16.027	10.085	5.942	12.561	3.466
CDE	-	68.206	(26.903)	-	41.303	41.303	-	41.303	-
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>61.207</b>	<b>10.638</b>	<b>(41.917)</b>	<b>650</b>	<b>30.578</b>	<b>-</b>	<b>30.578</b>	<b>12.741</b>	<b>17.837</b>
Neutralidade da Parcela A	61.207	10.638	(41.917)	650	30.578	-	30.578	12.741	17.837
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>680.356</b>	<b>587.430</b>	<b>(442.173)</b>	<b>81.071</b>	<b>906.684</b>	<b>480.685</b>	<b>425.999</b>	<b>658.185</b>	<b>248.499</b>

Passivos Financeiros Setoriais	Consolidado								
	31 de dezembro 2016	Adição	Amortização	Remuneração	31 de dezembro 2017	Amortização	Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Passiva</b>	<b>(359.006)</b>	<b>(430.995)</b>	<b>200.629</b>	<b>(13.498)</b>	<b>(602.870)</b>	<b>(139.689)</b>	<b>(463.181)</b>	<b>(332.681)</b>	<b>(270.189)</b>
Proinfa	-	(12.336)	4.770	(1.080)	(8.646)	(8.646)	-	(8.646)	-
Encargos do Sistema de Serviço – ESS	(203.316)	(278.535)	150.307	(18.090)	(349.634)	(113.269)	(236.365)	(211.755)	(137.879)
CDE	(155.690)	(140.124)	45.552	5.672	(244.590)	(17.774)	(226.816)	(112.280)	(132.310)
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(58.931)</b>	<b>(48.729)</b>	<b>7.241</b>	<b>(3.394)</b>	<b>(103.813)</b>	<b>(13.361)</b>	<b>(90.452)</b>	<b>(30.726)</b>	<b>(73.087)</b>
Sobrecontratação de Energia	(19.662)	-	-	(3.077)	(22.739)	-	(22.739)	(9.474)	(13.265)
Devoluções Tarifárias	(39.269)	(45.393)	6.585	(1.806)	(79.883)	12.170	(67.713)	(20.061)	(59.822)
Outros	-	(3.336)	656	1.489	(1.191)	(1.191)	-	(1.191)	-
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(417.937)</b>	<b>(479.724)</b>	<b>207.870</b>	<b>(16.892)</b>	<b>(706.683)</b>	<b>(153.050)</b>	<b>(553.633)</b>	<b>(363.407)</b>	<b>(343.276)</b>

Passivos Financeiros Setoriais	Consolidado								
	31 de dezembro 2017	Adição	Amortização	Remuneração	31 de dezembro 2018	Amortização	Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Passiva</b>	<b>(602.870)</b>	<b>(60.105)</b>	<b>259.567</b>	<b>(30.589)</b>	<b>(433.997)</b>	<b>(184.037)</b>	<b>(249.960)</b>	<b>(288.187)</b>	<b>(145.810)</b>
Proinfa	(8.646)	-	8.646	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	(22)	-	22	-	-	-	-	-
Encargos do Sistema de Serviço – ESS	(349.634)	(206.570)	233.147	(22.702)	(345.759)	(184.037)	(161.722)	(251.421)	(94.338)
CDE	(244.590)	146.487	17.774	(7.909)	(88.238)	-	(88.238)	(36.766)	(51.472)
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(103.813)</b>	<b>(202.133)</b>	<b>94.689</b>	<b>(8.171)</b>	<b>(219.428)</b>	<b>(175.601)</b>	<b>(43.827)</b>	<b>(143.261)</b>	<b>(76.167)</b>
Neutralidade da Parcela A	-	(19.431)	8.161	(1.259)	(12.529)	(12.529)	-	(12.529)	-
Sobrecontratação de Energia	(22.739)	(72.475)	28.587	(1.528)	(68.155)	(43.888)	(24.267)	(53.999)	(14.156)
Devoluções Tarifárias	(79.883)	(47.962)	31.111	(2.649)	(99.383)	(79.823)	(19.560)	(37.372)	(62.011)
Outros	(1.191)	(62.265)	26.830	(2.735)	(39.361)	(39.361)	-	(39.361)	-
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(706.683)</b>	<b>(262.238)</b>	<b>354.256</b>	<b>(38.760)</b>	<b>(653.425)</b>	<b>(359.638)</b>	<b>(293.787)</b>	<b>(431.448)</b>	<b>(221.977)</b>
<b>Total Ativos (Passivos) Financeiros Setoriais</b>	<b>(26.327)</b>	<b>325.192</b>	<b>(87.917)</b>	<b>42.311</b>	<b>253.259</b>	<b>121.047</b>	<b>132.212</b>	<b>226.737</b>	<b>26.522</b>

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
CVA 2017 – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	-	(52.540)
CVA 2018 – Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	296.648	68.819
CVA 2019 – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	145.461	-
<b>Total da Parcela A – CVA</b>	<b>442.109</b>	<b>16.279</b>
Outros Itens – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	-	28.557
Outros Itens – Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	(175.601)	(71.163)
Outros Itens – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	(13.249)	-
<b>Total Outros Itens – CVA</b>	<b>(188.850)</b>	<b>(42.606)</b>
<b>Total</b>	<b>253.259</b>	<b>(26.327)</b>

### 13.2. Bonificação de Outorga

A Celesc G pagou em 2016 R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. Esse montante está incluso na tarifa dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

- Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.265/2017;
- Somando-se os juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR;
- Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

Descrição	Consolidado					
	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>38.146</b>	<b>54.580</b>	<b>41.737</b>	<b>25.026</b>	<b>102.327</b>	<b>261.816</b>
Atualização Monetária	1.443	2.065	1.582	940	3.900	9.930
Juros	4.655	6.755	4.993	3.473	11.002	30.878
Amortização/Baixa	(4.589)	(6.619)	(4.911)	(3.369)	(10.973)	(30.461)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>39.655</b>	<b>56.781</b>	<b>43.401</b>	<b>26.070</b>	<b>106.256</b>	<b>272.163</b>
Atualização Monetária	1.407	2.014	1.542	920	3.789	9.672
Juros	4.778	6.937	5.126	3.572	11.281	31.694
Amortização/Baixa	(4.893)	(7.066)	(5.243)	(3.596)	(11.713)	(32.511)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>40.947</b>	<b>58.666</b>	<b>44.826</b>	<b>26.966</b>	<b>109.613</b>	<b>281.018</b>
					<b>Circulante</b>	<b>31.433</b>
					<b>Não Circulante</b>	<b>249.585</b>

### 14. ATIVO INDENIZATÓRIO – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)</b>	<b>438.609</b>	<b>394.934</b>
Em Serviço	183.762	160.069
Em Curso	254.847	234.865
<b>Ativo de Concessão – Geração de Energia (b)</b>	<b>2.421</b>	<b>2.421</b>
Ativo Indenizatório	2.421	2.421
<b>Total Não Circulante</b>	<b>441.030</b>	<b>397.355</b>

### a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

Descrição	Consolidado
	Montante
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>346.620</b>
(+) Novas Aplicações	12.866
(+/-) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	33.976
(+) Ajuste VNR (i)	2.328
(-) Resgate	(856)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>394.934</b>
(+) Novas Aplicações	21.201
(+/-) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	19.981
(+) Ajuste VNR (i)	3.392
(-) Resgate	(899)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>438.609</b>

(i) A Celesc D reconheceu no exercício de 2018, o montante de R\$3.392 (R\$2.328 em 2017), referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualiza sua Base de Remuneração Regulatória – BRR, a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

### b) Ativo de Concessão – Geração de Energia

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Investimentos em Usinas	Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
PCH Bracinho	85	85
PCH Cedros	195	195
PCH Salto	1.906	1.906
PCH Palmeiras	235	235
<b>Total</b>	<b>2.421</b>	<b>2.421</b>

## 15. TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
ICMS	-	-	44.461	41.537
PIS e COFINS	-	-	21.234	21.222
IRPJ e CSLL	1.600	1.627	16.195	27.180
Outros	325	428	2.466	5.332
<b>Total</b>	<b>1.925</b>	<b>2.055</b>	<b>84.356</b>	<b>95.271</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.925</b>	<b>2.055</b>	<b>63.264</b>	<b>75.831</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.092</b>	<b>19.440</b>

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

O saldo de PIS e COFINS é composto, principalmente, por pagamentos a maior relativos a pedido de liminar deferida pela Justiça Federal referente ao processo de reconhecimento de exposição involuntária pelo órgão regulador. (Nota 27)

## 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a) Saldos e Transações

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 2018. Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo não circulante são:

Descrição	Controladora				Consolidado	
	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Tributos a Recolher	Tributos a Recuperar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Outros Passivos de Partes Relacionadas
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>						
<b>Governo do Estado de SC:</b>						
ICMS	-	132.472	41.537	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	8.249	-	-
Rede Subterrânea (i)	6.134	-	-	-	6.134	-
<b>Rondinha Energética S.A.</b>	-	-	-	-	488	-
<b>Celos</b>	-	-	-	-	-	19.732
	<b>6.134</b>	<b>132.472</b>	<b>41.537</b>	<b>8.249</b>	<b>6.622</b>	<b>19.732</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>						
<b>Governo do Estado de SC:</b>						
ICMS	-	156.601	44.461	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	9.601	-	-
Rede Subterrânea (i)	2.604	-	-	-	2.604	-
<b>Rondinha Energética S.A.</b>	-	-	-	-	488	-
<b>Celos</b>	-	-	-	-	-	15.763
	<b>2.604</b>	<b>156.601</b>	<b>44.461</b>	<b>9.601</b>	<b>3.092</b>	<b>15.763</b>

A movimentação no resultado do exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Receitas Financeiras	Tributos/Deduções da Receita	Receita de Vendas	Receitas Financeiras
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>				
<b>Governo do Estado de SC:</b>				
ICMS	-	1.901.511	78.541	-
Rede Subterrânea (i)	150	-	-	150
	<b>150</b>	<b>1.901.511</b>	<b>78.541</b>	<b>150</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>				
<b>Governo do Estado de SC:</b>				
ICMS	-	2.124.182	-	-
Receita de Vendas	-	-	88.717	-
Rede Subterrânea (i)	81	-	-	81
	<b>81</b>	<b>2.124.182</b>	<b>88.717</b>	<b>81</b>

### (i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou Convênio nº 007/1995, Termo de Cooperação Técnica, com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

A Companhia recebeu do Acionista, Governo do Estado de Santa Catarina, o Ofício GAB/GOV nº 67/2016, datado de 23 de junho de 2016, autorizando a efetuar a retenção dos proventos oriundos dos dividendos do exercício de 2015, a serem recebidos pelo acionista para abatimento do débito e, autoriza ainda, a deduzir o saldo remanescente em exercícios subsequentes até a extinção do referido débito. Desta maneira, em 29 de junho de 2018 a Celesc efetuou o encontro de contas deduzindo a primeira parcela dos dividendos do exercício de 2017. A segunda foi deduzida em 29 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro 2018 o valor remanescente e atualizado monetariamente era de R\$2.604.

### b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF, Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Administradores</b>				
Honorários	5.342	5.388	5.342	5.388
Participação nos Lucros e/ou Resultados	1.404	1.577	1.404	1.577
Encargos Sociais	1.434	1.469	1.434	1.469
Outros	281	374	281	374
	<b>8.461</b>	<b>8.808</b>	<b>8.461</b>	<b>8.808</b>

## 17. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Controladas</b>				
Celesc D	981.299	1.052.919	-	-
Celesc G	462.626	425.880	-	-
	<b>1.443.925</b>	<b>1.478.799</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Controladas em Conjunto</b>				
SCGÁS	82.746	87.818	82.746	87.818
	<b>82.746</b>	<b>87.818</b>	<b>82.746</b>	<b>87.818</b>
<b>Coligadas</b>				
ECTE	60.739	47.783	60.739	47.783
DFESA	29.145	29.822	29.145	29.822
SPEs	-	-	56.033	51.058
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	<b>89.884</b>	<b>77.605</b>	<b>145.917</b>	<b>128.663</b>
	<b>1.616.555</b>	<b>1.644.222</b>	<b>228.663</b>	<b>216.481</b>

### a) Informações sobre Investimentos

						Controladora
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2017						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.052.919	8.114.164	33.342
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	425.880	624.605	48.960
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	154.712	447.319	37.969
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	289.870	414.244	(46.063)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	129.492	138.079	38.540
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.601	5.739	(90)
Em 31 de dezembro de 2018						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	981.299	8.900.025	121.510
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	462.626	665.427	51.242
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	196.664	356.520	41.952
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	268.672	113.496	(21.198)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	126.549	134.141	43.369
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)

Consolidado						
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2017						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	154.712	447.319	37.969
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	289.870	414.244	(46.063)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	129.492	138.079	38.540
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.601	5.739	(90)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,50%	32,50%	33.026	55.215	(3.542)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.611	5.612	(203)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.129	6.542	(63)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	40.070	59.001	4.540
Xavantina Energética S.A.	241	40,00%	40,00%	23.269	40.661	(2.685)
Garça Branca Energética S.A.	18.014	49,00%	49,00%	29.337	59.436	(4.217)
EDP Transmissão Aliança SC	0,1	10,00%	10,00%	(160)	15.447	(161)



Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Consolidado
		Capital Social	Capital Votante			Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
<b>Ordinárias</b>						
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	196.664	356.520	41.952
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	268.672	497.765	(21.198)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	126.549	134.141	43.369
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	41.201	57.762	2.699
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.660	5.661	(14)
Campo Belo Energética S.A.	1.349	20,43%	20,43%	6.137	6.550	(17)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	46.542	61.780	6.472
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	24.318	39.802	(1.300)
Garça Branca Energética S.A.	22.228	49,00%	49,00%	36.255	65.845	(2.982)
EDP Transmissão Aliança SC	1.300	10,00%	10,00%	15.860	1.444.585	3.909

## b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.311.796</b>	<b>389.742</b>	<b>52.860</b>	<b>97.117</b>	<b>32.766</b>	<b>1.884.281</b>
Dividendos e JCP Creditados	(7.919)	(12.822)	(16.804)	-	(11.820)	(49.365)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	33.342	48.960	11.727	(7.831)	8.876	95.074
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(284.300)	-	-	-	-	(284.300)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.052.919</b>	<b>425.880</b>	<b>47.783</b>	<b>87.818</b>	<b>29.822</b>	<b>1.644.222</b>
Dividendos e JCP Creditados	(28.859)	(14.496)	-	-	(10.667)	(54.022)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	121.510	51.242	12.956	(3.604)	9.990	192.094
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(153.194)	-	-	-	-	(153.194)
Ajuste Adoção Inicial CPC 48 <sup>(i)</sup>	(11.077)	-	-	-	-	(11.077)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>981.299</b>	<b>462.626</b>	<b>60.739</b>	<b>82.746</b>	<b>29.145</b>	<b>1.616.555</b>

(i) Efeito Líquido da Adoção Inicial do CPC 48, considerando Tributos Diferidos de R\$5.707.

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>52.860</b>	<b>97.117</b>	<b>32.766</b>	<b>44.811</b>	<b>227.554</b>
Integralizações	-	-	-	9.926	9.926
Dividendos e JCP Creditados	(16.804)	-	(11.820)	(470)	(29.094)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.727	(7.831)	8.876	(3.209)	9.563
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>47.783</b>	<b>87.818</b>	<b>29.822</b>	<b>51.058</b>	<b>216.481</b>
Integralizações	-	-	-	9.926	9.926
Dividendos e JCP Creditados	-	-	(10.667)	(89)	(10.756)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.956	(3.604)	9.990	355	19.697
Outros Ajustes	-	-	-	(5.217)	(5.217)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>60.739</b>	<b>82.746</b>	<b>29.145</b>	<b>56.033</b>	<b>228.663</b>

## c) Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do Direito de Uso de Concessão gerado na aquisição da SCGÁS em 31 de dezembro de 2018 é de R\$37.072 (R\$38.540 em 31 de dezembro de 2017). O Direito de Uso de Concessão é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

#### d) Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*) do Ágio Pago

Para a mensuração do valor em uso foi considerada a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado –DCF, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1).

#### Companhia Energética Rio das Flores – CRF

Em 31 de dezembro de 2018, com base na metodologia de DCF, o valor presente líquido referente à participação de 26,07% detida pela Celesc G dos fluxos de caixa futuros projetados até 2039, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 12,81%, é de R\$18.518 mil, sendo superior ao valor contábil de R\$12.214 mil. Dessa forma, nenhum reconhecimento de perda no saldo do ágio foi contabilizado.

As seguintes premissas foram adotadas no plano de negócios (2019-2039) fornecido pela Companhia:

Descrição	Premissa
Garantia Física	5,28MWm.
Quantidade de Energia Contratada para Venda	5,46MWm.
Preço de Venda	Venda no ACL a R\$198,50/MWh, corrigido pelo IGP-M.
Custos com Compra de Energia	Valor de compra no ACL: projeção de R\$257,22 / MWh, corrigido pelo IGP-M; Valor PLD de R\$89/MWh, equivalente à média do PLD projetado para 2019, corrigido pelo IGP-M. GSF: 14,4%.
Empréstimos e Financiamentos	Empréstimos e Financiamentos na data base (total de R\$13,2 milhões) composta por linhas de longo prazo (57 parcelas mensais remanescentes) com custo financeiro médio de 10,56% a.a..
Investimentos	Reposição dos ativos que possuem vida útil de até 30 anos

#### Garça Branca Energética S.A. – GBR

Em 31 de dezembro de 2018, com base na metodologia de DCF, o valor presente líquido referente à participação de 49% detida pela Celesc G dos fluxos de caixa futuros projetados até 2047, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 12,81%, é de R\$16.285 mil, sendo inferior ao valor contábil de R\$19.855 mil. Dessa forma, foi reconhecida provisão de perda permanente total do ágio contabilizado no valor de R\$1.796 mil.

As seguintes premissas foram adotadas no plano de negócios (2019-2043) fornecido pela Companhia:

Descrição	Premissa
Garantia Física	3,40 MWm, com GSF de 14,4%
Preço de Venda	R\$184,18/MWh no ACR, corrigido pelo IPCA projetado; R\$89,00/MWh no mercado de curto prazo, corrigido pelo IGP-M.
Empréstimos e Financiamentos	Empréstimos e Financiamentos na data base (total de R\$29 Milhões) composta por linhas de financiamento de longo prazo: BNDES Automático de R\$18,3 milhões, faltam 204 parcelas para amortizar. O custo financeiro é de (5,10% + $\Delta$ TJLP) a.a.; BNDES Fname de R\$10,6 milhões, 58 meses parcelas (média ponderada) a amortizar. O custo financeiro (média ponderada) é de 6,68% a.a.
Investimentos	Reposição dos ativos que possuem vida útil de até 30 anos

## 18. IMOBILIZADO

### 18.1. Composição do Saldo

							Consolidado
Descrição	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento (i)	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.983</b>	<b>20.595</b>	<b>28.644</b>	<b>83.294</b>	<b>334</b>	<b>21.645</b>	<b>158.495</b>
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.868	172.236	1.537	21.645	454.313
Provisão para Perdas	(8.891)	(24.480)	(5.312)	(12.728)	79	-	(51.332)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(143.750)	(15.912)	(76.214)	(1.282)	-	(244.486)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.983</b>	<b>20.595</b>	<b>28.644</b>	<b>83.294</b>	<b>334</b>	<b>21.645</b>	<b>158.495</b>
Adições	-	-	-	-	-	5.828	5.828
Baixas Saldo Bruto	-	(20.079)	-	(9.161)	-	(382)	(29.622)
Baixas Depreciação	-	20.079	-	7.471	-	-	27.550
Depreciação	-	(7.961)	(338)	(5.251)	(69)	-	(13.619)
(+/-) Transferências	-	956	27	3.620	121	(4.724)	-
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	(2.668)	(6.035)	3.403	8.390	2	-	3.092
Baixa de Provisão para Perdas	-	-	-	(52)	-	-	(52)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.315</b>	<b>7.555</b>	<b>31.736</b>	<b>88.311</b>	<b>388</b>	<b>22.367</b>	<b>151.672</b>
Custo do Imobilizado	20.202	189.781	49.895	174.166	1.658	22.367	458.069
Provisão para Perdas	(11.559)	(30.515)	(1.909)	(4.390)	81	-	(48.292)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(151.711)	(16.250)	(81.465)	(1.351)	-	(258.105)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.315</b>	<b>7.555</b>	<b>31.736</b>	<b>88.311</b>	<b>388</b>	<b>22.367</b>	<b>151.672</b>
Adições	-	-	-	-	-	8.701	8.701
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	(114)	-	(114)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	114	-	114
Depreciação	-	(271)	(863)	(3.487)	(92)	-	(4.713)
(+/-) Transferências	-	165	-	414	254	(833)	-
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	2.564	5.070	(1.029)	(2.199)	-	-	4.406
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.879</b>	<b>12.519</b>	<b>29.844</b>	<b>83.039</b>	<b>550</b>	<b>30.235</b>	<b>160.066</b>
Custo do Imobilizado	20.202	169.867	49.895	167.109	1.912	30.235	439.220
Provisão para Perdas	(8.995)	(25.445)	(2.938)	(6.589)	81	-	(43.886)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.903)	(17.113)	(77.481)	(1.443)	-	(235.268)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.879</b>	<b>12.519</b>	<b>29.844</b>	<b>83.039</b>	<b>550</b>	<b>30.235</b>	<b>160.066</b>
Taxa Média de Depreciação	0%	4,38%	1,85%	3,11%	10,50%	0%	

(i) No 1º trimestre de 2019 o Grupo concluiu R\$3.394 dos projetos em andamento, estando previsto para o 2º trimestre de 2019 a ativação de cerca de R\$4.743.

### 18.2. Recuperabilidade de Ativos (*Impairment Test*)

Em 2018 foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$4.707 e Reversão do Valor Recuperável de Ativos no valor de R\$9.113.

Esses valores foram contabilizados na Demonstração de Resultado, na linha Provisões Líquidas, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

O método de avaliação utilizado é o Valor em Uso, consubstanciado na metodologia do fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na hipótese de que o valor de uma empresa depende da sua capacidade de geração de riqueza no futuro, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Para a análise do Parque Gerador Próprio da Celesc G, procedeu-se o levantamento dos fluxos de caixa pertinentes às diversas Unidades Geradoras de Caixa – UGC, individualmente, buscando-se canalizar os fluxos operacionais de cada unidade. Considerou-se como uma UGC cada usina participante do parque gerador, projetando-se para cada uma dessas as receitas, custos e despesas, investimentos em manutenção e não em expansões, provenientes de cada negócio e as variações de capital de giro pertinentes a essas unidades, antes dos impostos e dos efeitos de depreciação.

Para o Ativo Imobilizado considerou-se o valor contábil lançado no Ativo Imobilizado Líquido para as usinas, com data base de dezembro de 2018.

Considerou-se, para o *Impairment Test*, as projeções até o ano de 2047, por se tratar do prazo final da concessão da usina Pery, prorrogada por 30 anos, vigorando a partir 10 de julho de 2017, em função do nível de maior certeza dessas projeções, dados os contratos firmados e existentes de demanda de energia realizados pela empresa, bem como pela própria dinâmica de negociação do excedente gerado de energia, conforme regulação prevista.

Para a projeção dos investimentos em 2019 foram considerados os valores aprovados no orçamento de capital pelo Conselho de Administração. Para os investimentos em melhorias e manutenção geral a partir de 2020, a alocação foi determinada pela garantia física de cada usina, sendo reajustado pelo IPCA. Não são considerados investimentos em ampliações.

De 2019 a 2022 as estimativas de investimentos estão baseadas no saldo a disposição em caixa da Companhia. No final das concessões das usinas Garcia, Palmeiras, Bracinho, Rio dos Cedros, Salto, Celso Ramos e Pery é apurado o valor residual de cada projeto para efeitos de indenização referente ao imobilizado não depreciado.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio, método *Capital Asset Pricing Model – CAPM*, por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1). A taxa de desconto utilizada foi de 13,53%.

Os valores de perda (reversão) do valor recuperável dos ativos por UGC, registrados no exercício de 2018, estão demonstrados a seguir:

Usinas	Saldo Líquido antes do Teste de <i>Impairment</i>	Valuation	Provisões	Reversões	Consolidado
					Impacto no Resultado
Caveiras	24	8.304	-	7.219	7.219
Celso Ramos	3.339	5.233	-	1.894	1.894
Ivo Silveira	172	7.555	-	-	-
Pery	117.824	113.433	(4.392)	-	(4.392)
Pirai	213	(12.149)	(213)	-	(213)
Rio do Peixe	14	(8.405)	(14)	-	(14)
São Lourenço	26	(13.807)	(26)	-	(26)
Palmeiras	96	144.681	-	-	-
Bracinho	2.714	82.637	-	-	-
Garcia	56	72.356	-	-	-
Cedros	8	72.715	-	-	-
Salto	245	18.589	-	-	-
Maruim	62	-	(62)	-	(62)
<b>Total</b>	<b>124.793</b>	<b>491.142</b>	<b>(4.707)</b>	<b>9.113</b>	<b>4.406</b>

### 18.3. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	16,7
Máquinas e Equipamentos	10,0
Veículos	6,6
Móveis e Utensílios	6,3

  

Geração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	2,3
Máquinas e Equipamentos	3,1
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4,4
Veículos	11,8
Móveis e Utensílios	1,0

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As Usinas Garcia, Palmeiras, Salto, Cedros e Bracinho são depreciadas com base no prazo de concessão definido em contrato.

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Celso Ramos e Pery; das CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro, uma vez que não possuem prazo de concessão definido; e os ativos pertencentes à Administração Central da Celesc G.

São, ainda depreciados, pela mesma Resolução, os investimentos realizados para ampliação nas Usinas Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Saldo, Cedros e Bracinho, que são suscetíveis à indenização ao final da concessão.

### 18.4. Ativo Imobilizado Totalmente Depreciado Ainda em Operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 31 de dezembro de 2018:

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Reservatórios, Barragens e Adutoras	133.155	113.251
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	11.533	10.153
Máquinas e Equipamentos	48.390	43.240
Outros	14.003	14.057
<b>Total</b>	<b>207.081</b>	<b>180.701</b>

## 19. INTANGÍVEL

Descrição	31 de dezembro 2016	Amortizações	31 de dezembro 2017	Amortizações	Controladora
					31 de dezembro 2018
Ágio Aquisição ECTE (i)	6.955	(503)	6.452	(503)	5.949

(i) O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

Descrição	Contratos de Concessão (a) Celesc D	Software Adquiridos	Ágio	Uso do Bem Público (b) Celesc G	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Consolidado
							Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.046.954</b>	<b>3.564</b>	<b>6.955</b>	<b>821</b>	<b>70</b>	<b>614</b>	<b>3.058.978</b>
Custo Total	4.333.059	6.495	14.248	6.693	70	614	4.361.179
Amortização Acumulada	(1.286.105)	(2.931)	(7.293)	(5.872)	-	-	(1.302.201)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.046.954</b>	<b>3.564</b>	<b>6.955</b>	<b>821</b>	<b>70</b>	<b>614</b>	<b>3.058.978</b>
Adições	369.558	-	-	167	-	388	370.113
Baixas	(51.571)	-	-	-	-	-	(51.571)
Amortizações	(200.322)	(1.298)	(503)	(836)	-	-	(202.959)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.164.619</b>	<b>2.266</b>	<b>6.452</b>	<b>152</b>	<b>70</b>	<b>1.002</b>	<b>3.174.561</b>
Custo Total	4.651.046	6.495	14.248	904	70	1.002	4.673.765
Amortização Acumulada	(1.486.427)	(4.229)	(7.796)	(752)	-	-	(1.499.204)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.164.619</b>	<b>2.266</b>	<b>6.452</b>	<b>152</b>	<b>70</b>	<b>1.002</b>	<b>3.174.561</b>
Adições	375.952	-	-	-	-	433	376.385
Baixas	(45.641)	-	-	(14)	-	-	(45.655)
Amortizações	(207.338)	(756)	(503)	(138)	-	-	(208.735)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.287.592</b>	<b>1.510</b>	<b>5.949</b>	<b>-</b>	<b>70</b>	<b>1.435</b>	<b>3.296.556</b>
Custo Total	4.981.357	6.495	14.248	-	70	1.435	5.003.605
Amortização Acumulada	(1.693.765)	(4.985)	(8.299)	-	-	-	(1.707.049)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.287.592</b>	<b>1.510</b>	<b>5.949</b>	<b>-</b>	<b>70</b>	<b>1.435</b>	<b>3.296.556</b>
Taxa Média de Amortização	4,2%	20%	3,5%	0%	0%	0%	

### a) Contratos de Concessão

As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

### b) Uso do Bem Público

A quota mensal de Uso de Bem Público – UBP referia-se à exploração dos potenciais de energia hidráulica da UHE Caveiras e PCH Celso Ramos, atualizada monetariamente pela variação do IPCA. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração em 7,9%.

A contrapartida dessa obrigação estava registrada no ativo intangível sendo amortizada na UHE Caveiras até o final da concessão, ocorrida em julho de 2018 e na PCH Celso Ramos por um prazo limitado a 5 anos, encerrado também em julho de 2018. A partir de agosto de 2018, não consta saldo no passivo referente a obrigatoriedade de recolhimento da UBP.

Os montantes, por Usina, recolhidos até setembro de 2018 e 2017 foram:

Usinas	Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
UHE Pery	-	530
UHE Caveiras	51	84
PCH Celso Ramos	95	185
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>799</b>

Em 2018 o valor total pago foi de R\$146, 80% menor do que no ano anterior em função da renovação no segundo semestre de 2017 da Usina Pery, deixando de haver a obrigatoriedade no recolhimento do encargo.

## 20. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

### a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos foram calculados a partir da provisão para contingências de processos judiciais e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado, no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos sobre a Provisão para Perdas do Ativo Imobilizado, no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, sobre o ajuste ao valor justo do Ativo Imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e do CPC 48 - Instrumentos Financeiros no reconhecimento e mensuração do valor novo de remuneração – VNR.

Os tributos diferidos calculados sobre a Bonificação de Outorga foram calculados em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Ativo	712.532	641.806
Passivo	(10.144)	(9.613)
<b>Tributo Diferido Líquido</b>	<b>702.388</b>	<b>632.193</b>

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Diferenças Temporárias</b>						
Provisão para Contingências	201.864	201.716	-	-	201.864	201.716
Provisão para Perdas em Ativos	84.337	74.478	-	-	84.337	74.478
Benefício Pós-Emprego	573.409	513.459	-	-	573.409	513.459
Custo Atribuído	-	-	8.091	9.081	(8.091)	(9.081)
Efeitos do ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	56.157	58.276	(56.157)	(58.276)
Efeitos do CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	69.194	71.805	(69.194)	(71.805)
Bonificação de Outorga	-	10.958	23.490	29.007	(23.490)	(18.049)
Outras Provisões	-	-	290	249	(290)	(249)
	<b>859.610</b>	<b>800.611</b>	<b>157.222</b>	<b>168.418</b>	<b>702.388</b>	<b>632.193</b>



## b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração da companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

O processo de reconhecimento inicial de exposição involuntária pelo órgão regulador no valor de R\$256,6 milhões e atualizado para R\$317,6 milhões em 2018 está em Demanda Judicial junto a Justiça Federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. (Nota 27).

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2018 são:

Ano	31 de dezembro 2018	Consolidado
		31 de dezembro 2017
2018	-	146.674
2019	95.517	104.171
2020	79.785	91.448
2021	66.804	90.825
Acima de 2022	617.504	367.493
<b>Total</b>	<b>859.610</b>	<b>800.611</b>

## c) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do Custo Atribuído e adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos Financeiros com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Montante
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>22.362</b>
(-) Baixa do Custo Atribuído	(7.173)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	2.439
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>17.628</b>
(-) Baixa do Custo Atribuído	(2.913)
(+) Adoção Inicial CPC 48	16.784
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(4.717)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>26.782</b>

#### d) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do Passivo Atuarial com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Montante
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>420.438</b>
(+) Adição do Passivo Atuarial	430.759
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(146.459)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>704.738</b>
(+) Adição do Passivo Atuarial	232.112
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(78.918)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>857.932</b>

#### e) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de imposto de renda com a de contribuição social, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Lucro antes do IRPJ e a CSLL</b>	<b>165.032</b>	<b>66.485</b>	<b>287.187</b>	<b>156.156</b>
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(56.111)</b>	<b>(22.605)</b>	<b>(97.644)</b>	<b>(53.093)</b>
<b>Adições e Exclusões Permanentes</b>				
Equivalência Patrimonial	65.312	32.325	6.697	3.251
Benefício Fiscal	-	-	(1.054)	(47)
Incentivo Fiscal	-	-	4.631	802
Provisões Indedutíveis	(712)	(670)	(713)	(670)
Multas Indedutíveis	-	-	(5.362)	(4.891)
IRPJ/CSLL não reconhecidos sobre Prejuízo Fiscal	(8.162)	(9.453)	(8.162)	(9.453)
Participação dos Administradores	(327)	(54)	(371)	(103)
Perdas Não Técnicas	-	-	(20.137)	(26.211)
Outras Adições (Exclusões)	-	457	(40)	744
	-	-	<b>(122.155)</b>	<b>(89.671)</b>
<b>IRPJ e CSLL Corrente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(107.727)</b>	<b>(68.395)</b>
<b>IRPJ e CSLL Diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(14.428)</b>	<b>(21.276)</b>
<b>Taxa Efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>42,54%</b>	<b>57,42%</b>

## 21. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

### 21.1. Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
IRPJ	-	-	12.236	15.096
CSLL	-	-	5.064	4.736
<b>Total a Recolher</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.300</b>	<b>19.832</b>
(-) Tributos a Recuperar	(1.925)	(2.055)	(16.696)	(29.831)
<b>Total</b>	<b>(1.925)</b>	<b>(2.055)</b>	<b>604</b>	<b>(9.999)</b>

## a) Programa Especial de Regularização Tributária – PERT

Em novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT instituído pela Lei Federal nº 13.496, de 24 de outubro de 2017.

Após análise das opções descritas na Lei, a Companhia optou pela modalidade descrita no inciso III, alínea “a” do artigo 3º da Lei Federal nº 13.496/2017.

Considerando os benefícios da Lei, esses valores foram registrados contabilmente, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Consolidado
Descrição	
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5.906</b>
(+) Atualizações	91
(-) Amortizações no Período	(5.997)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>-</b>

## 21.2. Outros Tributos

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
ICMS	-	-	156.601	132.473
PIS e COFINS	5	4	44.238	44.574
Outros	81	73	5.758	11.943
<b>Circulante</b>	<b>86</b>	<b>77</b>	<b>206.597</b>	<b>188.990</b>
(-) Tributos a Recuperar	-	-	(67.660)	(65.440)
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>77</b>	<b>138.937</b>	<b>123.550</b>

## 22. FORNECEDORES

	Controladora	
Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Empregados a Disposição	1.025	1.062
Materiais e Serviços	67	230
<b>Total</b>	<b>1.092</b>	<b>1.292</b>

	Consolidado	
Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Energia Elétrica	456.897	427.078
Encargos de Uso da Rede Elétrica	82.303	91.820
Materiais e Serviços	96.215	97.665
Empregados a Disposição	1.025	1.062
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	370.414	213.957
<b>Total</b>	<b>1.006.854</b>	<b>831.582</b>

(i) A CCEE possui como uma de suas atribuições, apurar o valor da contabilização dos agentes. Este valor, no caso das distribuidoras, envolve além da venda e compra no curto prazo, encargos, efeito do despacho de térmicas e também impactos diversos de risco hidrológico.

O risco hidrológico no caso das distribuidoras está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, contratos de cota de garantia física e contrato com Itaipu. A Celesc D, mesmo sendo compradora, assume o risco hidrológico.

No ano de 2018 a Celesc D teve impacto decorrente da queda da *GSF* em comparação com 2017, esta variação levou a distribuidora a arcar com elevados custos de risco hidrológico e um aumento expressivo do despacho de térmicas, que são contratados pelas distribuidoras por meio de CCEARs por disponibilidade (CCEAR-DP).

Devido ao maior despacho de térmicas e a redução do *GSF*, a Celesc D verificou um aumento de pagamentos significativos no Efeito Hidrológico de Itaipu – EC-IT, Efeito Hidrológico de Cota de Garantia Física – ECCGF e Efeito de Contratação Disponibilidade – ECD. Há também as diferenças de preços do PLD nos submercados que levam a impacto no componente TAJ\_EF, e acarretam em excedentes financeiros. Ressalta-se que todos estes valores são compensados por meio do ativo financeiro – CVA e suas variações não trazem impacto ao resultado da Companhia.

## 23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem três classificações distintas: a) Empréstimos Bancários, b) Empréstimos da Eletrobras e c) Empréstimos Tipo Finame, e são garantidos, quase em sua totalidade, pelos recebíveis da Celesc D e iv) Empréstimos – BID.

Descrição	Taxas de Juros e Comissões (%)	Consolidado	
		31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Empréstimos Bancários (i)	110% a 121,5% CDI	-	64.263
Empréstimos Bancários (i)	7,4% a.a. e 7,67% a.a.	301.122	-
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,25% e CDI+1,3%	301.725	-
Empréstimos Eletrobras (ii)	5% a.a. + 2% a.a. de tx. adm.	14.865	30.565
Empréstimos Finame (iii)	2,5% a 9,5% a.a.	27.636	35.638
		<b>645.348</b>	<b>130.466</b>
<b>Circulante</b>		<b>320.322</b>	<b>88.057</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>325.026</b>	<b>42.409</b>

Descrição	Taxas de Juros e Comissões (%)	Consolidado	
		31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
	Libor+		
	Funding Margin+		
	Lending Spread a.a.		
Empréstimo – BID (iv)		273.453	-
		<b>273.453</b>	<b>-</b>
<b>Circulante</b>		<b>767</b>	<b>-</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>272.686</b>	<b>-</b>

### i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se as seguintes contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de capital de giro.

A primeira contratação, no valor de R\$300 milhões, foi efetuada junto à Caixa Econômica Federal em junho de 2014, com remuneração à taxa equivalente a 121,5% do CDI. Em abril de 2015 o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado para 38 meses, com carência de 8 meses. A amortização final ocorreu em junho de 2018.

A segunda contratação, no valor de R\$100 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil em janeiro de 2015, com remuneração à taxa equivalente a 110% do CDI. Foi oferecida uma carência de 12 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 24 parcelas mensais. A amortização final ocorreu em janeiro de 2018.

A terceira contratação, no valor de R\$150 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil, por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, em fevereiro de 2018, com juros pré-fixados em 7,67% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato é de 12 meses e sua liquidação está prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*).

A quarta contratação, no valor de R\$150 milhões, foi efetuada junto ao Banco Safra, por meio de Cédula de Crédito Bancário, em abril de 2018, com juros pré-fixados em 7,4% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato é de 12 meses e sua liquidação está prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*).

A quinta contratação, no valor de R\$100 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil, por meio de Cédula de Crédito Bancário, em Novembro de 2018, com remuneração a taxa equivalente a CDI + 1,25% a.a. O prazo de contrato é de 24 meses, previsto para liquidação em 8 parcelas trimestrais, com início em 02/2019 e término em 11/2020.

A sexta contratação, no valor de R\$200 milhões, foi efetuada junto ao Banco Safra, por meio de Cédula de Crédito Bancário, em Novembro de 2018, com remuneração a taxa equivalente a CDI + 1,3% a.a. O prazo de contrato é de 36 meses, foi oferecida uma carência de 18 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 18 parcelas mensais, com início programado para 06/2020 e término em 11/2021.

## **ii) Eletrobras**

Os recursos dessas contratações foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

## **iii) Finame**

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a 9,5% a.a. e com amortizações previstas para 96 parcelas mensais. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

## **iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID**

Em 31 de outubro de 2018, foi assinado entre a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, operação de crédito externo (Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491), sendo que a primeira parcela liberada foi no montante de US\$70.374.302,95 ocorreu em 10 de dezembro de 2018 com as seguintes características:

- **Credor:** Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
- **Valor da Operação:** US\$276.051.000,00
- **Prazo de Carência:** até 66 meses
- **Prazo de Amortização:** 234 meses
- **Prazo Total:** 300 meses
- **Periodicidade da Amortização:** semestral
- **Sistema de Amortização:** constante
- **Taxa de Juros:** LIBOR trimestral (USD-LIBOR-ICE)
- **Atualização Monetária:** variação cambial
- **Comissão de Compromisso:** até 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado;
- **Comissão de Supervisão:** até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no Prazo Original de Desembolsos 5 (cinco) anos.

O referido empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da subsidiária Celesc D.

#### a) Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	31 de dezembro 2018	Consolidado
		31 de dezembro 2017
Ano 2019	-	17.383
Ano 2020	187.085	9.307
Ano 2021	128.516	6.294
Ano 2022	4.663	4.663
Ano 2023	3.259	3.260
Ano 2024	14.774	1.139
Ano 2025	259.415	363
	<b>597.712</b>	<b>42.409</b>

#### b) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Circulante	Não Circulante	Consolidado
			Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>202.996</b>	<b>130.035</b>	<b>333.031</b>
Ingressos	-	202	202
Encargos Provisionados	23.953	-	23.953
Transferências	87.828	(87.828)	-
Amortizações de Principal	(201.765)	-	(201.765)
Pagamentos de Encargos	(24.955)	-	(24.955)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>88.057</b>	<b>42.409</b>	<b>130.466</b>
Ingressos	463.944	300.000	763.944
Encargos Provisionados	41.745	-	41.745
Transferências	17.383	(17.383)	-
Amortizações de Principal	(254.268)	-	(254.268)
Pagamentos de Encargos	(36.539)	-	(36.539)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>320.322</b>	<b>325.026</b>	<b>645.348</b>

#### c) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro

BID	Circulante	Não Circulante	Consolidado
			Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	-	-	-
Ingressos	-	275.235	275.235
Atualização Monetária	-	(2.549)	(2.549)
Encargos Provisionados	767	-	767
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>767</b>	<b>272.686</b>	<b>273.453</b>

## 24. DEBÊNTURES

### 24.1. PRIMEIRA DEBÊNTURES – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de maio de 2013, 30.000 (trinta mil) Debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$10 mil, totalizando R\$300 milhões, com vencimento para 15 de maio de 2019. Os recursos dessa emissão foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,3%.

A amortização foi prevista em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, a partir de 15 de maio de 2017, e a remuneração em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 15 de novembro de 2013.

As duas primeiras parcelas de amortização no valor de R\$200 milhões foram pagas em seus respectivos vencimentos e, até 31 de dezembro de 2018, foram pagos R\$178,1 milhões de juros remuneratórios.

A partir de 2014, ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação, portanto cumpriu o compromisso contratual (*covenant*).

## **24.2. SEGUNDA DEBÊNTURES – Celesc D**

Em 10 de setembro de 2015 a Celesc D emitiu 3.000 (três mil) Debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$100 mil, totalizando R\$300 milhões, vencidos em 10 de setembro de 2016. Os recursos dessa emissão também foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondiam a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 2,5%.

A amortização foi prevista em parcela única em seu vencimento, e a remuneração em parcelas mensais e consecutivas, sem carência, a partir de 10 de outubro de 2015. O contrato foi liquidado em seu vencimento e foram efetuados pagamentos de parcelas da remuneração no montante de R\$47,4 milhões.

## **24.3. TERCEIRA DEBÊNTURES – Celesc D**

A Celesc D emitiu, no dia 13 de julho de 2018, 250.000 (duzentos e cinquenta mil) Debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$1 mil, totalizando R\$250 milhões, com vencimento para 13 de julho de 2023. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa da emissora para gestão ordinária de seus negócios.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D e a Celesc prestará fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 13 de julho de 2023; com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 1,9% ao ano.

A amortização foi prevista em 15 parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, a partir de 13 de janeiro de 2020 e o último na data de vencimento. A remuneração ocorrerá em parcelas trimestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 13 de outubro de 2018. Até 31 de Dezembro de 2018, foram pagos R\$3,71 milhões de juros remuneratórios.



A partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro poderá implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação, portanto cumpriu o compromisso contratual (*covenant*).

#### **24.4. PRIMEIRA DEBÊNTURES – Celesc G**

Em 03 de março 2016 ocorreu a primeira emissão de Debêntures da Celesc G. O valor total da emissão foi de R\$150 milhões em uma única série, constituída por 15.000 (quinze mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada no dia 01 de março de 2018, foi aprovada a alteração da data de vencimento das Debêntures da Celesc G de 03 de março de 2018 para 01 de junho de 2018.

Os juros remuneratórios para o período de 03 de março de 2018 (inclusive) até a nova data de vencimento (exclusive) foi de 100% da variação acumulada da Taxa DI *Over*, acrescida de uma sobretaxa ("*Spread*") de 2,5% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis. Adicionalmente, a Emissora pagou aos Debenturistas um prêmio no valor de R\$6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) por debênture.

Os juros pagos totalizaram R\$44,4 milhões, sendo R\$6,3 milhões no primeiro semestre de 2018. Esta emissão foi totalmente liquidada em seu vencimento.

#### **24.5. SEGUNDA DEBÊNTURES – Celesc G**

A Celesc G emitiu no dia 1º de junho de 2018 a 2ª emissão de Debêntures simples não conversíveis em ações; com valor total de emissão de R\$150 milhões, em série única; emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures, ao valor nominal unitário de R\$10 mil, sendo que o valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G e garantia fidejussória é fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 01 de junho de 2023; com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 2,50% ao ano, até a data do efetivo pagamento. A amortização será a partir do 12º mês (inclusive), contados da data de emissão, em parcelas trimestrais e consecutivas.

Semestralmente, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação, portanto cumpriu o compromisso contratual (*covenant*).

**a) Movimentação das Debêntures:**

Descrição	Consolidado
	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>454.760</b>
Atualização Monetária	44.987
Pagamentos Encargos	(49.530)
Pagamento Principal	(99.990)
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	365
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	1.624
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>352.216</b>
Ingressos	394.292
Atualização Monetária	31.276
Pagamentos Encargos	(28.572)
Pagamento Principal	(249.990)
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	894
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	1.146
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>501.262</b>
<b>Circulante</b>	<b>131.389</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>369.873</b>

**b) Custos na Captação de Debêntures a Apropriar:**

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Ano 2018:</b>		
1T/2018	-	362
2T/2018	-	91
3T/2018	-	91
4T/2018	233	91
<b>Ano 2019:</b>		
1T/2019	353	91
2T/2019	308	46
3T/2019	264	-
4T/2019	264	-
<b>Ano 2020 a 2023:</b>		
1T/2020 a 2T/2023	3.652	-
<b>Total</b>	<b>5.074</b>	<b>772</b>

**c) Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento**

Descrição	Controladora
<b>Saldo Dividendos e JCP (i) em 31 de dezembro 2016</b>	<b>1.736</b>
Pagamentos	(1.225)
Total das Variações no Fluxo de Financiamento	(1.225)
Variações não caixa	15.790
<b>Saldo Dividendos e JCP (i) em 31 de dezembro 2017</b>	<b>16.301</b>
Pagamentos	(15.309)
Total das Variações no Fluxo de Financiamento	(15.309)
Variações não caixa	38.532
<b>Saldo Dividendos e JCP (i) em 31 de dezembro 2018</b>	<b>39.524</b>

Descrição	Consolidado						
	31 de dezembro 2016	Ingressos de Recursos	Pagamento Principal	Total das Variações Fluxo de Financiamento	Pagamento Juros (ii)	Variações não caixa (iii)	31 de dezembro 2017
Empréstimos e Financiamentos	333.031	202	(201.765)	(201.563)	(24.955)	23.953	130.466
Debêntures	454.760	-	(99.990)	(99.990)	(49.530)	46.976	352.216
Dividendos e JCP	1.736	-	(1.225)	(1.225)	-	15.790	16.301
<b>Total</b>	<b>789.527</b>	<b>202</b>	<b>(302.980)</b>	<b>(302.778)</b>	<b>(74.485)</b>	<b>86.719</b>	<b>498.983</b>

							Consolidado
Descrição	31 de dezembro 2017	Ingressos de Recursos	Pagamento Principal	Total das Variações Fluxo de Financiamento	Pagamento Juros (ii)	Variações não caixa (iii)	31 de dezembro 2018
Empréstimos e Financiamentos	130.466	1.039.179	(254.268)	784.911	(36.539)	39.963	918.801
Debêntures	352.216	394.292	(249.990)	144.302	(28.572)	33.316	501.262
Dividendos e JCP (i)	16.301	-	(15.309)	(15.309)	-	38.532	39.524
<b>Total</b>	<b>498.983</b>	<b>1.433.471</b>	<b>(519.567)</b>	<b>913.904</b>	<b>(65.111)</b>	<b>111.811</b>	<b>1.459.587</b>

(i) Dividendos adicionais do exercício de 2017, transferidos para o passivo, no valor de R\$3.158. Compensação de dividendos com o Governo do Estado de Santa Catarina no valor de R\$3.611 (Nota 16), dividendos prescritos no valor de R\$210 e dividendos destinados no período no valor de R\$39.195.

(ii) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(iii) Os encargos provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$39.963 (2017 – R\$23.953). As Debêntures totalizaram R\$33.316 (2017 – R\$46.976), sendo R\$2.040 deste total, referentes às custas com debêntures incorridas em 2018.

## 25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

			Controladora
Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	
<b>Circulante</b>	<b>749</b>	<b>1.051</b>	
Provisão de Férias e Encargos Sociais	388	674	
Folha de Pagamento Líquida	361	377	
<b>Total</b>	<b>749</b>	<b>1.051</b>	

			Consolidado
Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	
<b>Circulante</b>	<b>208.503</b>	<b>200.623</b>	
Provisão de Férias e Encargos Sociais	118.026	125.195	
PDV 2012 (a)	-	11.713	
PDI (b)	66.062	44.172	
Consignações em Favor de Terceiros	10.126	10.207	
Provisão PLR	13.847	8.611	
Folha de Pagamento Líquida	442	725	
<b>Não Circulante</b>	<b>46.988</b>	<b>41.060</b>	
PDI (b)	46.988	41.060	
<b>Total</b>	<b>255.491</b>	<b>241.683</b>	

### a) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários. Em 30 de junho de 2018 a Celesc D quitou os débitos com os 753 beneficiários.

## b) Plano de Desligamento Incentivado – PDI

Por meio da Deliberação nº 15, de 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado em dezembro de 2016, com adesão e o desligamento de 62 empregados e um custo de cerca de R\$16 milhões. Os pagamentos das parcelas iniciaram em janeiro de 2017.

No PDI 2017 se desligaram, até dezembro de 2017, 122 empregados. Esta edição de 2017 seguiu com os desligamentos até o mês de junho de 2018, onde o total de saídas efetivadas chegou a 188 (6% do quadro efetivo atual). Custo total efetivado de R\$69,2 milhões.

A edição PDI 2018 conta com 653 empregados inscritos tendo se desligados, efetivamente, 115 empregados até dezembro de 2018. Foi aprovada a execução orçamentária do PDI 2018 no montante de até R\$68,7 milhões. Esta edição de 2018 segue com os desligamentos até o mês de julho de 2019, no qual o total de saídas poderá chegar a 201 empregados.

Este programa faz parte da estratégia da Celesc D para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores com vistas à agregação de valor aos acionistas.

## 26. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31 de dezembro 2018	Consolidado
		31 de dezembro 2017
Programa de Eficiência Energética – PEE	177.217	160.699
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	19.478	19.498
Encargo Conta Bandeiras	7.055	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	100.399	90.615
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (i)	2.069.926	2.562.138
Uso do Bem Público	-	174
Outros (ii)	1.200	1.101
<b>Total</b>	<b>2.375.275</b>	<b>2.834.225</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.269.327</b>	<b>2.677.615</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>105.948</b>	<b>156.610</b>

(i) A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias no 2.202 de 07 de fevereiro de 2017, nº 2.231 de 25 de abril de 2017 e nº 2.368 de 09 de fevereiro de 2018, homologando as cotas de CDE Uso, CDE Energia e CDE Energia (CONTA-ACR), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	CDE Energia (CONTA-ACR)	CDE USO	Consolidado
			CDE ENERGIA
Abril de 2017 a março de 2018	26.541	-	-
Abril de 2018 a março de 2020	34.561	-	-
Janeiro de 2018	-	43.557	-
Fevereiro de 2018 - 1ª Parcela	-	60.233	-
Fevereiro de 2018 - 2ª Parcela	-	33.819	-
Março a dezembro de 2018	-	60.233	-
Agosto de 2017 a julho de 2018	-	-	22.489
Setembro de 2018 a dezembro de 2018	-	93.274	-
Agosto de 2018 a julho de 2019	-	-	23.134

O Conselho de Administração autorizou a assinatura do Termo de Parcelamento de Débitos com o Fundo Social da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE entre a Celesc D e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, cujo saldo devedor em 30 de junho de 2017, reflexo do encontro de contas de valores devidos e créditos a receber, era de R\$1.164.387. Em 31 de dezembro de 2018 esse saldo passou a ser de R\$516.134.

Os Ativos e Passivos referentes ao parcelamento da CDE estão demonstrados a seguir:

Parcelamento CDE	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	1.457.680	1.457.680
Programa Baixa Renda	38.673	38.673
CDE a Pagar	(2.012.487)	(2.466.506)
<b>Total</b>	<b>(516.134)</b>	<b>(970.153)</b>

A parcela incontroversa da atualização monetária dos saldos a receber e a pagar definidos no Termo de Parcelamento gerou em 30 de junho de 2017, respectivamente, uma receita financeira de R\$9.433 e uma despesa financeira de R\$179.481, resultando um valor líquido negativo de R\$170.048. No exercício de 2017 o resultado financeiro líquido foi de R\$213.608 e no ano de 2018 foi de R\$46.331.

O saldo devedor está sendo pago em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e consecutivas, no valor de R\$38.877, com juros equivalentes à taxa Selic. O primeiro vencimento foi definido para o dia 26 de julho de 2017 e os demais para o dia 10 dos meses subsequentes. Até 31 de dezembro de 2018 a Celesc D pagou R\$738.144, sendo R\$699.792 de principal e R\$38.352 de juros.

(ii) A conta outros é composta pelas taxas de Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos – CFURH, Taxa de Fiscalização do Sistema de Energia Elétrica – TFSEE.

## 27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

### a) Contingências Prováveis

Descrição	Depósitos Judiciais		Controladora	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Contingências:				
Tributária	2.117	2.117	1.263	1.263
Trabalhistas	3.207	1.619	41	41
Cíveis	6.172	5.705	147	21
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	5.174
	<b>19.678</b>	<b>17.623</b>	<b>6.625</b>	<b>6.499</b>

  

Descrição	Depósitos Judiciais		Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Contingências:				
Tributárias (i)	3.745	3.745	9.626	59.791
Trabalhistas (ii)	53.083	49.111	65.850	64.095
Cíveis (iii)	64.262	59.326	136.359	134.191
Regulatórias (iv)	49.260	49.248	425.687	358.700
Ambientais (v)	-	-	2.051	2.157
	<b>170.350</b>	<b>161.430</b>	<b>639.573</b>	<b>618.934</b>

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
<b>Em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)</b>	<b>17.257</b>	<b>6.517</b>	<b>124.336</b>	<b>598.119</b>
Adições	762	2.143	130.990	113.396
Baixas	(396)	(2.161)	(93.896)	(92.581)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>17.623</b>	<b>6.499</b>	<b>161.430</b>	<b>618.934</b>
Constituição	2.358	128	117.212	72.847
Atualização Financeira	-	-	-	54.744
Baixas	(303)	(2)	(108.292)	(106.952)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>19.678</b>	<b>6.625</b>	<b>170.350</b>	<b>639.573</b>

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

#### i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária nas esferas federal (relativos aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS).

Houve reversão da Provisão Fiscal no montante de R\$38,2 milhões referente à não tributação da Parcela A – CVA pelo regime de competência, provisionado em dezembro de 2016. A referida provisão foi atualizada monetariamente, gerando a contabilização de despesa financeira no montante de R\$21,1 milhões no período de dezembro de 2016 a dezembro de 2018, que também foi revertida.

#### ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

#### iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Concessionária de Energia Elétrica: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro), concurso público, dentre outras.

#### **iv) Contingências Regulatórias**

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

A mais expressiva contingência regulatória se refere à subcontratação de energia em 2014, cujos impactos financeiros não foram incluídos pela ANEEL na Revisão Tarifária da Celesc D, ocorrida em agosto de 2016, diante de medida judicial ajuizada pela Empresa.

A Companhia, objetivando preservar seus direitos, ingressou com Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido liminar para que a decisão do órgão regulador constante do Despacho nº 2.078/2016 seja revista. Diante do pedido da Companhia, a juíza da 6ª Vara da Justiça Federal, deferiu o pedido de tutela de urgência, cautelarmente, para determinar a suspensão, até ulterior determinação do Juízo.

Sendo assim a Celesc D reconheceu no resultado de junho de 2016 o valor de R\$256.601, sendo R\$225.029 como redutora da Receita Operacional Bruta e R\$31.572 como Despesa Financeira, tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante), proveniente da diferença apurada pelo órgão regulador.

Em junho de 2017, a Celesc D reclassificou o valor de R\$256.601 do Passivo Financeiro (Circulante) para Provisão de Contingência Regulatória, por considerar que se trata de medida judicial ajuizada, e em dezembro de 2018 o valor foi atualizado para R\$317.631, sendo que o tema ainda permanece em discussão na esfera judicial.

A juíza titular do processo que discute a exposição contratual de 2014, após apreciar a manifestação da ANEEL quanto aos argumentos apresentados pela Celesc D, decidiu por manter a liminar anteriormente concedida. Recentemente foi proferida sentença de mérito, que ainda se encontra pendente de publicação. Sequencialmente, a Celesc D ingressará com os recursos necessários a fim de manter a liminar deferida e a discussão meritória da ação.

Outro processo relevante refere-se a valores a repassar à União a título de Encargo de Capacidade Emergencial – ECE. Em 31 de dezembro de 2018 o montante provisionado é de R\$70.630.

#### **v) Contingências Ambientais**

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc.

#### **b) Contingências Possíveis**

O Grupo também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:



A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Tributárias (i)	311.229	4.361
Trabalhistas (ii)	12.524	34.269
Cíveis (iii)	199.603	121.441
Regulatórias (iv)	144.322	110.301
Ambientais (v)	47.247	47.359
	<b>714.925</b>	<b>317.731</b>

#### **i) Contingências Tributárias**

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de Ação Fiscal nº 0900100-2018-00117-1 desse procedimento em 08 de janeiro de 2019, resultou na lavratura do Auto de Infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido Auto está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;

b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69º da lei federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração do processo que está no âmbito administrativo foi classificado como possível, pois os elementos e dados apresentados não foram suficientemente fundamentados na doutrina ou em decisões judiciais favoráveis à entidade fiscal.

#### **ii) Contingências Trabalhistas**

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

#### **iii) Contingências Cíveis**

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

#### **iv) Contingências Regulatórias**

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

## v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

## 28. PASSIVO ATUARIAL

Obrigações Registradas	Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Planos Previdenciários</b>	<b>1.024.255</b>	<b>1.179.848</b>
Plano Misto/Transitório (a)	1.024.255	1.179.848
<b>Outros Benefícios a Empregados</b>	<b>980.718</b>	<b>698.130</b>
Plano Celos Saúde (b)	926.828	652.231
Outros Benefícios (c)	53.890	45.899
<b>Total</b>	<b>2.004.973</b>	<b>1.877.978</b>
<b>Circulante</b>	<b>162.776</b>	<b>139.305</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.842.197</b>	<b>1.738.673</b>

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

### a) Planos Previdenciários

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R\$461,0 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualizado pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Celos, a Celesc D registrou a partir de 2015 a atualização monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

### b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

### c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

## 28.1. Resultados da Avaliação Atuarial

### a) Obrigações Atuariais

Descrição						Consolidado
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
<b>Saldo 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.711.178</b>	<b>743.566</b>	<b>656.189</b>	<b>8.508</b>	<b>39.836</b>	<b>3.119.441</b>
Custo do Serviço Corrente Líquido	5.704	-	(45.933)	-	-	(40.229)
Contribuições de Participante Realizadas no Período	51.972	21.957	30.765	-	-	104.694
Juros sobre Obrigação Atuarial	189.060	79.955	70.672	1.931	4.599	346.217
Benefícios Pagos no Período	(138.557)	(92.088)	(68.328)	(235)	(3.338)	(302.546)
Ganhos (Perdas) nas Obrigações Atuarias	51.617	22.565	56.746	(1.489)	4.772	134.211
<b>Saldo 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.870.974</b>	<b>775.955</b>	<b>700.111</b>	<b>8.715</b>	<b>45.869</b>	<b>3.401.624</b>
Custo do Serviço Corrente Líquido	(47.069)	(21.957)	(23.466)	-	-	(92.492)
Contribuições de Participante Realizadas no Período	22.644	17.589	31.291	-	-	71.524
Juros sobre Obrigação Atuarial	141.930	73.862	59.481	862	4.595	280.730
Benefícios Pagos no Período	(156.827)	(80.178)	(81.963)	(291)	(4.660)	(323.919)
Ganhos (Perdas) nas Obrigações Atuarias	259.183	(70.182)	272.259	(7.265)	8.086	462.081
<b>Saldo 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.090.835</b>	<b>695.089</b>	<b>957.713</b>	<b>2.021</b>	<b>53.890</b>	<b>3.799.548</b>

### b) Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição						Consolidado
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
<b>Passivo (Ativo) em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>408.843</b>	<b>461.464</b>	<b>582.150</b>	<b>(40)</b>	<b>39.836</b>	<b>1.492.253</b>
Valor Justo dos Ativos no Fim do Período	(1.186.999)	(280.082)	(47.880)	(8.685)	-	(1.523.646)
Obrigações Atuariais no Fim do Período	1.870.974	775.955	700.111	8.715	45.869	3.401.624
<b>Passivo (Ativo) em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>683.975</b>	<b>495.873</b>	<b>652.231</b>	<b>30</b>	<b>45.869</b>	<b>1.877.978</b>
Valor Justo dos Ativos no Fim do Período	(1.440.573)	(321.096)	(30.885)	(9.655)	-	(1.802.209)
Obrigações Atuariais no Fim do Período	2.090.835	695.089	957.713	2.021	53.890	3.799.548
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no Fim do Período	-	-	-	7.634	-	7.634
<b>Passivo (Ativo) em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>650.262</b>	<b>373.993</b>	<b>926.828</b>	<b>-</b>	<b>53.890</b>	<b>2.004.973</b>

### c) Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição					Consolidado
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Total
<b>Saldo 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.302.335</b>	<b>282.102</b>	<b>74.039</b>	<b>8.548</b>	<b>1.667.024</b>
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	(138.557)	(92.088)	(68.328)	(235)	(299.208)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	51.972	21.957	30.765	-	104.694
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	43.425	22.669	41.749	-	107.843
Rendimentos Esperados dos Ativos	145.537	30.620	7.980	968	185.105
Ganho/(Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(217.713)	14.822	(38.325)	(596)	(241.812)
<b>Saldo 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.186.999</b>	<b>280.082</b>	<b>47.880</b>	<b>8.685</b>	<b>1.523.646</b>
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	(156.827)	(80.178)	(81.963)	(291)	(319.259)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	22.644	17.589	31.291	-	71.524
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	66.730	59.736	40.716	-	167.182
Rendimentos Esperados dos Ativos	90.044	26.660	-	-	116.704
Ganho/(Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	230.983	17.207	(7.039)	1.261	242.412
<b>Saldo 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.440.573</b>	<b>321.096</b>	<b>30.885</b>	<b>9.655</b>	<b>1.802.209</b>

## d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Plano Transitório	25.243	32.177
Plano Misto	4.817	34.809
PDVI 2012	-	3.618
Plano Médico	36.015	38.934
Outros	5.457	5.563
	<b>71.532</b>	<b>115.101</b>
Despesa Pessoal	27.067	73.047
Despesa Financeira	44.465	42.054
	<b>71.532</b>	<b>115.101</b>

## e) Premissas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Premissas	Misto	Transitório	Pecúlio	Aux. Deficiência	Aux. Funeral	Benefício Mínimo	Saúde
Taxa Real de Desconto Atuarial	4,94%	4,72%	4,81%	4,84%	4,95%	4,76%	4,97%
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	4,94%	4,72%	4,81%	4,84%	4,95%	4,76%	4,97%
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	2,5% a.a.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.
HCCTR	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	3,00%
Aging Factor	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	2,50%
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00%	98,00%	100,00%	98,00%	100,00%	98,00%	100,00%
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00%	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.
Inflação Esperada	4,01%	4,01%	4,01%	4,01%	4,01%	4,01%	4,01%
Taxa de Desconto Nominal	9,15%	8,92%	9,01%	9,04%	9,16%	8,96%	9,18%
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	9,15%	8,92%	9,01%	9,04%	9,16%	8,96%	9,18%
Taxa nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,09%	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.
Mortalidade Geral	AT- 2000 por sexo	AT- 2000 por Male	AT- 2000 por sexo	AT- 2000 por sexo	AT- 2000 por sexo	AT- 2000 por sexo	AT- 2000 por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT- 1949 por Male	AT- 1949 por Male	AT- 1949 por Male	AT- 1949 por Male	AT- 1949 por Male	AT- 1949 por Male	AT- 1949 por Male
Entrada de Invalidez	Light Média desagravada em 25%	N.U.	Light Média desagravada em 25%	Light Média desagravada em 25%	N.U.	N.U.	Light Média desagravada em 25%
Taxa Anual de Rotatividade	Experiência Celos	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	Experiência Celos
Entrada em Aposentadoria	Elegibilidade do plano Misto	Elegibilidade do plano Transitório	Elegibilidade do plano Misto	N.U.	60 anos	N.U.	60 anos
Composição Familiar	Família real para os aposentados e pensionistas. Família média para os ativos	Família real	N.U.	N.U.	Família média	Família real	Família real

N.U - Não Utilizado

## f) Despesa Estimada para o Exercício de 2019

A estimativa da despesa para o exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

Planos	Consolidado
	Despesa a ser Reconhecida em 2019
Plano Transitório	30.907
Plano Misto	62.371
Plano Pecúlio	117
Plano Médico	62.022
Outros	4.711
	<b>160.128</b>

## g) Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Plano Misto / Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Consolidado	
				Outros Benefícios	Totais
<b>Em 31 dezembro de 2016</b>	<b>870.307</b>	<b>582.150</b>	<b>(40)</b>	<b>39.836</b>	<b>1.492.253</b>
Custo do Serviço	5.704	(48.150)	-	-	(42.446)
Despesas/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	92.859	64.910	963	4.599	163.331
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em ORA	277.072	95.070	(893)	4.772	376.021
Contribuições do Empregador	(66.094)	(41.749)	-	-	(107.843)
Benefícios Pagos Diretamente Pela Empresa	-	-	-	(3.338)	(3.338)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>1.179.848</b>	<b>652.231</b>	<b>30</b>	<b>45.869</b>	<b>1.877.978</b>
Despesas/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	30.060	36.015	862	4.595	71.532
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em ORA	(59.187)	279.298	(892)	8.086	227.305
Contribuições do Empregador	(126.466)	(40.716)	-	-	(167.182)
Benefícios Pagos Diretamente Pela Empresa	-	-	-	(4.660)	(4.660)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>1.024.255</b>	<b>926.828</b>	<b>-</b>	<b>53.890</b>	<b>2.004.973</b>

## 28.2. Equacionamento de Déficit Relativo ao Plano Previdenciário

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2018, aprovou o Plano de Equacionamento do déficit técnico no Plano Previdenciário Misto administrado pela Celos, mediante cobrança de contribuições extraordinárias dos Participantes Ativos, Assistidos e da Patrocinadora Celesc D o qual se dará da seguinte forma:

Plano Misto: do montante total de R\$363,0 milhões, valores de novembro de 2017, a Patrocinadora arcará com 50%, ou seja, R\$181,5 milhões, amortizado mensalmente a partir de março de 2018, pelo prazo de 16 (dezesesseis) anos, atualizados pela meta atuarial (IPCA + 5,13% a.a.).

Cumprе salientar que referidos déficits já estão refletidos no total de obrigações registradas a título de Passivo Atuarial no Balanço Patrimonial da Celesc D, bem como nos custos reconhecidos mensalmente como Despesa Atuarial, de acordo com a Avaliação Atuarial Anual dos Benefícios a Empregados, elaborada por atuários independentes em atendimento a Deliberação CVM nº 695/2012 e CPC 33 (R1).

Ressalta-se ainda que referido Plano de Equacionamento, poderá ser revisto anualmente de acordo com os resultados apurados.

## 29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

### b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$842.226 em 31 de dezembro de 2018 e R\$687.109 em 31 de dezembro de 2017, no Patrimônio Líquido:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Custo Atribuído – Celesc G	15.706	17.629
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(857.932)	(704.738)
<b>Total</b>	<b>(842.226)</b>	<b>(687.109)</b>

O Custo Atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, em contrapartida ao Ativo Imobilizado.

A sua realização é registrada em contrapartida à conta Lucros Acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

### c) Lucro Básico e Diluído por Ação

O cálculo do Lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Neste período, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias.

Nos períodos de 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

### d) Composição do Lucro Básico e Diluído

Descrição	Controladora	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Média Ponderada de Ações (milhares):</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
<b>Lucro Básico e Diluído por Ação Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$):</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	4,0374	1,50550
Ações Preferenciais Nominativas – PN	4,4411	1,65610
<b>Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$):</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	62.689	25.255
Ações Preferenciais Nominativas – PN	102.343	41.230
	<b>165.032</b>	<b>66.485</b>

### e) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

### f) Dividendos

A proposta de dividendos calculada para o Exercício de 2018 é de 25%, conforme definido pela Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, observadas suas limitações.

Descrição	Controladora	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>165.032</b>	<b>66.485</b>
(-) Constituição de Reserva Legal	(8.252)	(3.324)
<b>(=) Base de Cálculo dos Dividendos</b>	<b>156.780</b>	<b>63.161</b>
<b>Dividendos Propostos (Pay-out praticado 25% e 30%)</b>	<b>39.195</b>	<b>18.948</b>
Dividendos a Pagar (25%) (PC)	39.195	15.790
Dividendos a Disposição da AGO (5%)	-	3.158
<b>Total dos Dividendos do Exercício</b>	<b>39.195</b>	<b>18.948</b>

Se considerarmos apenas os dividendos aprovados para distribuição na competência do exercício, temos a seguinte situação:

Descrição	Controladora	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Dividendos a Distribuir do Exercício (25%)	39.195	15.790
Dividendos a Distribuir do Exercício Anterior (5%)	3.158	-
<b>Total dos Dividendos do Exercício</b>	<b>42.353</b>	<b>15.790</b>

Conforme Plano Diretor vigente, a Companhia adotou uma política indicativa de distribuição de dividendos de, no mínimo, 30% do Lucro Líquido ajustado, com base nas Demonstrações Financeiras anuais, se não houver limitação determinada em suas obrigações financeiras e outros fatores. Desta maneira, a Companhia provisionou o mínimo obrigatório de 25% por conta de obrigação em cláusula contratual das Debêntures da Celesc G, na qual é fiadora.

### 30. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2018, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado
				Segurado(i)
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	29.12.2017 a 31.12.2019	300.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2018 à 14.05.2019	25.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	24.272

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

### 31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.



As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são as seguintes:

31 de dezembro de 2018					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	-	7.509.010	160.471	(4.937)	7.664.544
Custo das Vendas	-	(6.789.334)	(50.359)	4.937	(6.834.756)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	-	<b>719.676</b>	<b>110.112</b>	-	<b>829.788</b>
Despesas com Vendas	-	(218.439)	(14.933)	-	(233.372)
Despesas Gerais e Administrativas	(26.162)	(277.962)	(11.555)	-	(315.679)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(2.099)	98.560	(1.215)	-	95.246
Resultado de Equivalência Patrimonial	192.094	-	355	(172.752)	19.697
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>163.833</b>	<b>321.835</b>	<b>82.764</b>	<b>(172.752)</b>	<b>395.680</b>
Receitas Financeiras	1.341	240.446	8.743	(5.587)	244.943
Despesas Financeiras	(142)	(344.393)	(14.488)	5.587	(353.436)
<b>Resultado Financeiro, líquido</b>	<b>1.199</b>	<b>(103.947)</b>	<b>(5.745)</b>	-	<b>(108.493)</b>
Lucro antes IRPJ e CSLL	165.032	217.888	77.019	(172.752)	287.187
IRPJ e CSLL	-	(96.378)	(25.777)	-	(122.155)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>165.032</b>	<b>121.510</b>	<b>51.242</b>	<b>(172.752)</b>	<b>165.032</b>
Informações Suplementares					
<b>Total dos Ativos</b>	<b>1.849.198</b>	<b>8.900.025</b>	<b>665.427</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>48.342</b>	<b>7.918.726</b>	<b>202.801</b>		

31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	-	6.933.379	148.877	(5.320)	7.076.936
Custo das Vendas	-	(6.160.359)	(42.341)	5.320	(6.197.380)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	-	<b>773.020</b>	<b>106.536</b>	-	<b>879.556</b>
Despesas com Vendas	-	(243.905)	(7.043)	-	(250.948)
Despesas Gerais e Administrativas	(29.447)	(336.317)	(14.826)	-	(380.590)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(1.953)	47.222	2.347	-	47.616
Resultado de Equivalência Patrimonial	95.074	-	(3.209)	(82.302)	9.563
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>63.674</b>	<b>240.020</b>	<b>83.805</b>	<b>(82.302)</b>	<b>305.197</b>
Receitas Financeiras	2.870	287.974	11.689	(5.227)	297.306
Despesas Financeiras	(59)	(431.281)	(20.234)	5.227	(446.347)
<b>Resultado Financeiro, líquido</b>	<b>2.811</b>	<b>(143.307)</b>	<b>(8.545)</b>	-	<b>(149.041)</b>
Lucro antes IRPJ e CSLL	66.485	96.713	75.260	(82.302)	156.156
IRPJ e CSLL	-	(63.371)	(26.300)	-	(89.671)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>66.485</b>	<b>33.342</b>	<b>48.960</b>	<b>(82.302)</b>	<b>66.485</b>
Informações Suplementares					
<b>Total dos Ativos</b>	<b>1.867.664</b>	<b>8.114.164</b>	<b>624.605</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>25.426</b>	<b>7.061.245</b>	<b>198.725</b>		

### 31.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017 (Reapresentado)
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	6.928.567	6.217.354
Suprimento de Energia Elétrica (a)	390.074	322.275
Disponibilização da Rede Elétrica (i)	3.187.315	2.835.991
Atualização VNR	3.392	2.328
Receita de Financeira (a)	41.366	40.808
Renda de Prestação de Serviços	2.664	2.595
Energia Elétrica de Curto Prazo	389.309	481.021
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	322.064	473.134
Outras Receitas Operacionais	15.617	13.314
Doações e Subvenções (ii)	785.091	624.883
Receita de Construção	453.365	441.025
	<b>12.518.824</b>	<b>11.454.728</b>
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>		
ICMS	(2.124.182)	(1.901.511)
PIS	(197.779)	(176.441)
COFINS	(910.983)	(812.698)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.533.122)	(1.133.196)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(36.255)	(33.314)
Programa Eficiência Energética – PEE	(35.327)	(32.522)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(7.043)	(6.886)
Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(907)	(836)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	(8.682)	(280.388)
	<b>(4.854.280)</b>	<b>(4.377.792)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>7.664.544</b>	<b>7.076.936</b>

(i) Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 605/2014, a Celesc D efetuou a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica para Disponibilidade da Rede Elétrica.

(ii) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) no exercício de 2018 foi de R\$688.116. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$15.315 e Fornecimento de Bandeiras CCRBT em R\$81.660.

### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
	2018	2017	2018	2017	2018	2017 (Reapresentado)
Residencial	2.335.964	2.271.604	5.664.374	5.527.718	3.675.283	3.260.163
Industrial	106.836	103.605	10.224.281	9.976.659	1.985.129	1.809.640
Comercial	271.242	263.045	4.123.086	4.038.573	2.283.227	2.065.559
Rural	234.759	234.545	1.464.659	1.437.752	613.634	550.149
Poder Público	23.104	22.791	442.137	435.802	294.760	261.628
Iluminação Pública	788	750	648.539	634.969	267.408	236.896
Serviço Público	3.411	3.227	358.724	350.486	201.462	178.101
Reclassificação da Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica – Consumidor Cativo	-	-	-	-	(2.392.336)	(2.144.782)
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>2.976.104</b>	<b>2.899.567</b>	<b>22.925.800</b>	<b>22.401.959</b>	<b>6.928.567</b>	<b>6.217.354</b>
Suprimento de Energia	95	101	2.365.460	2.261.740	390.074	322.275
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	41.366	40.808
<b>Total</b>	<b>2.976.199</b>	<b>2.899.668</b>	<b>25.291.259</b>	<b>24.663.699</b>	<b>7.360.007</b>	<b>6.580.437</b>

(i) Informações não auditadas

### 31.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	31 de dezembro de 2017	
					Total	
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	4.600.348	-	-	-	4.600.348	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	914.390	-	-	-	914.390	
Proinfa	158.107	-	-	-	158.107	
Pessoal (b)	397.441	160.846	61.727	13.817	633.831	
Administradores	-	8.461	-	-	8.461	
Despesa Atuarial	-	27.067	-	-	27.067	
Entidade de Previdência Privada (b)	20.338	7.542	3.066	-	30.946	
Material	9.351	6.107	-	-	15.458	
Custo de Construção	453.365	-	-	-	453.365	
Custos e Serviços de Terceiros	84.716	74.045	55.124	691	214.576	
Depreciação e Amortização	189.599	23.345	-	1.971	214.915	
Provisões Líquidas	-	-	46.432	(33.294)	13.138	
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	410	410	
Arrendamentos e Aluguéis	2.068	16.494	677	(114.713)	(95.474)	
Outros Custos e Despesas (c)	5.033	(8.228)	66.346	35.872	99.023	
	<b>6.834.756</b>	<b>315.679</b>	<b>233.372</b>	<b>(95.246)</b>	<b>7.288.561</b>	

31 de dezembro de 2017

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	4.307.425	-	-	-	4.307.425
Encargos de Uso da Rede Elétrica	590.613	-	-	-	590.613
Proinfa	146.843	-	-	-	146.843
Pessoal (b)	410.321	181.787	63.768	12.996	668.872
Administradores	-	8.808	-	-	8.808
Despesa Atuarial	-	73.047	-	-	73.047
Entidade de Previdência Privada (b)	20.007	7.612	3.181	-	30.800
Material	8.741	7.482	-	-	16.223
Custo de Construção	441.025	-	-	-	441.025
Custos e Serviços de Terceiros	75.375	64.570	49.691	504	190.140
Depreciação e Amortização	190.071	26.004	-	1.971	218.046
Provisões Líquidas	-	-	54.167	603	54.770
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	600	600
Arrendamentos e Aluguéis	2.162	19.466	605	(92.660)	(70.427)
Outros Custos e Despesas (c)	4.797	(8.186)	79.536	28.370	104.517
	<b>6.197.380</b>	<b>380.590</b>	<b>250.948</b>	<b>(47.616)</b>	<b>6.781.302</b>

### a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	31 de dezembro 2018	GWh (i)	31 de dezembro 2017	GWh (i)
Açucareiro Zillo Lorenzetti S. A.	14.216	67	15.145	67
Aliança Geração de Energia S.A.	52.040	276	27.903	166
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	807.903	3.772	675.753	3.715
Tractebel Energia S.A.	287.793	1.298	276.439	1.298
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	45.133	277	53.604	277
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	353.577	1.821	398.223	1.821
Companhia Energética de Petrolina – CEP	53.769	200	53.833	200
Serra do Facão Energia S.A.	20.498	93	19.618	93
Furnas Centrais Elétricas S.A.	121.563	1.028	118.051	1.069
Cemig Geração e Transmissão S.A.	160.778	851	162.512	1.205
Companhia Energética Potiguar	18.666	134	11.176	134
Cia Hidrelétrica Teles Pires	12.317	151	12.950	164
Cia Energética de São Paulo – CESP	61.164	286	58.608	286
UHE São Simão Energia S.A.	47.005	216	-	-
Energética Suape II S.A.	52.424	203	69.251	203
Eletrobras Termonuclear S.A.	159.039	705	145.642	705
Porto do Pecem Geração de Energia	121.765	472	111.855	472
Lages Bioenergética Ltda.	-	-	12.561	48
Foz do Chapecó Energia AS	43.428	199	41.999	199
Cia Energética Estreito	41.305	197	39.910	197
UTE Porto do Itaipu Geração de Energia	47.709	242	48.484	242
Geradora de Energia do Norte S.A.	-	-	10.659	37
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	10.904	50	10.465	50
Candeias Energia S.A.	-	-	9.326	33
Usina Xavantes S.A.	-	-	6.439	37
Companhia Energética Jaguará	9.913	63	-	-
Linhares Geração S.A.	12.983	33	13.962	33
Enguia GenBaLtda – Jaguari	-	-	7.324	119
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	12.365	37	12.638	37
Rio PCHI S.A.	11.515	52	11.052	52
Rio Paraná Energia S.A.	77.299	484	62.788	442
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	10.323	50	10.007	50
Empresa Energética Porto das Pedras	10.856	50	10.525	50
Empresa de Energia Cachoeira Caldeira	8.981	75	-	-
ECE Participações SA	8.507	62	7.707	56
ENEL Greem Power Mourão SA.	8.790	44	-	-
Empresa Metropolitana de Água – EMAE	8.740	38	-	-
Santa Fé Energia S.A.	8.223	38	8.103	38
SJC Bionergia Ltda	8.571	37	8.309	37
Energest SA.	8.143	40	7.942	40
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	15.026	97	15.503	134
Gestamp Eólica Macambira S.A.	-	-	7.166	16
Norte Energia S.A.	138.104	1.242	88.577	994
Cia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF	55.656	1.348	38.004	1.293
Santo Antônio Energia S.A.	89.224	686	142.610	1.137
Outros	182.846	1.935	145.926	1.036
	<b>3.219.061</b>	<b>18.949</b>	<b>2.988.549</b>	<b>18.282</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda – CP	1.381.287	(756)	1.342.260	(240)
Encargo de Uso da Rede Elétrica	914.390	-	590.613	-
Proinfa	158.107	379	146.843	389
Recuperação de Custos	-	-	(23.384)	-
	<b>2.453.784</b>	<b>(377)</b>	<b>2.056.332</b>	<b>149</b>
	<b>5.672.845</b>	<b>18.572</b>	<b>5.044.881</b>	<b>18.431</b>

(i) Informações não auditadas

## b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Pessoal</b>				
Remunerações	12.962	16.077	291.366	309.907
Encargos Sociais	265	301	117.385	96.198
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	33.132	31.967
Benefícios Assistenciais	-	-	42.802	41.011
Provisões e Indenizações	116	66	149.020	189.661
Outros	72	66	126	128
<b>Entidade de Previdência Privada</b>	12	-	30.946	30.800
	<b>13.427</b>	<b>16.510</b>	<b>664.777</b>	<b>699.672</b>

## c) Recuperação de Custos

Em 12 de dezembro de 2017, a ANEEL por meio do Despacho nº 4.171/2017, determinou que a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. devolva à Celesc D, os valores referentes à remuneração dos investimentos associados às instalações de transmissão necessárias ao atendimento do consumidor Arcelormittal, recebidos em duplicidade pela transmissora.

Em breve contextualização, a conexão do consumidor Arcelormittal, à época de sua instalação em Santa Catarina, se deu em 230kV, configurando-se como “Demais Instalações de Transmissão – DIT”, obra esta contratada pela Celesc D junto a Eletrosul para viabilizar o atendimento nessas características. Para o pagamento dessa contratação, restou celebrado contratualmente entre as empresas o prazo de 5 anos para o pagamento das instalações pela Celesc D, ficando esta com um recebível regulatório por 30 anos.

A Eletrosul optou pela prorrogação antecipada de sua concessão de transmissão, havendo a indenização referente aos ativos não depreciados ou não amortizados, na forma da Lei nº 12.783/2013 e seus regulamentos, aí incluídas as instalações dedicadas ao consumidor Arcelormittal.

Após trâmite regulatório e os termos do acordo de pagamento firmados com a Eletrosul, restou formalizado entre as empresas Termo de Confissão de Dívida, sendo definido o pagamento pela Eletrosul de R\$9.573 mil em 20 de julho de 2018, seguidos de 11 parcelas mensais e sucessivas, equivalentes a 2% do valor devido, cada uma, finalizando com mais 12 parcelas mensais e sucessivas equivalentes a 4,83% do saldo devido, com eventuais ajustes na parcela final.

O valor estabelecido pela ANEEL, no total de R\$46.733, atualizado pelo IPCA acumulado de outubro de 2012 a novembro de 2017, e acrescido de juros remuneratórios de 5,59% real ao ano, a partir de janeiro de 2013, foi contabilizado da seguinte forma: principal de R\$25.768 como recuperação de custos no grupo de custo de energia, considerando que a Celesc D contabilizou, à época, como custo efetuando os devidos recolhimentos de encargo setorial. O saldo restante foi reconhecido como receita financeira. Em 2018 foi reconhecido como receita financeira o montante de R\$1.134 e recebido R\$13.224, permanecendo um saldo de R\$34.643.

### 31.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de Aplicações Financeiras	1.300	1.388	17.255	82.597
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	93.306	109.772
Variações Monetárias	-	-	28.528	25.833
Atualização monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	96.079	50.820
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	-	1.200
Deságio Fornecedor	-	-	141	386
Desvalorização Cambial s/ Energia Comprada	-	-	16.534	12.650
Renda de Dividendos	5	1.327	5	1.327
Reversão da provisão para perdas de Ativo Financeiro	-	-	80	2.984
Outras Receitas Financeiras	107	231	5.089	24.390
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(71)	(76)	(12.074)	(14.653)
	<b>1.341</b>	<b>2.870</b>	<b>244.943</b>	<b>297.306</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de Dívidas	-	-	(44.600)	(23.954)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(44.465)	(42.054)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(31.602)	(9.723)
Variações Monetárias	(3)	-	(17.710)	(661)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(16.476)	(23.070)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(114.798)	(52.036)
Atualização CDE	-	-	(46.331)	(223.041)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(33.316)	(46.976)
Outras Despesas Financeiras	(139)	(59)	(4.138)	(24.832)
	<b>(142)</b>	<b>(59)</b>	<b>(353.436)</b>	<b>(446.347)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>1.199</b>	<b>2.811</b>	<b>(108.493)</b>	<b>(149.041)</b>

## 32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D

### 32.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Circulante</b>	<b>4.237.296</b>	<b>3.712.219</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	631.262	462.466
Contas a Receber de Clientes	1.575.606	1.381.421
Estoques	8.488	9.549
Tributos a Recuperar	61.160	73.310
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	1.511.003	1.532.912
Ativo Financeiro – CVA	226.737	-
Outros	223.040	252.561
<b>Não Circulante</b>	<b>4.689.251</b>	<b>4.401.945</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		
Contas a Receber de Clientes	51.634	35.380
Tributos Diferidos	712.532	641.806
Tributos a Recuperar	19.319	18.217
Depósitos Judiciais	150.318	143.465
Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	438.609	394.934
Ativo Financeiro – CVA	26.522	-
Outros	2.725	3.524
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>3.287.592</b>	<b>3.164.619</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>8.926.547</b>	<b>8.114.164</b>

<b>Passivo</b>	<b>31 de dezembro 2018</b>	<b>31 de dezembro 2017</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.472.487</b>	<b>4.349.039</b>
Fornecedores	1.003.457	828.637
Empréstimos Moeda Nacional	320.322	88.057
Empréstimos Moeda Estrangeira	767	-
Debêntures	104.425	101.648
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	207.892	199.630
Tributos a Recolher	207.393	189.463
Dividendos Propostos	28.859	7.919
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras (i)	92.385	45.454
Taxas Regulamentares	2.269.081	2.677.229
Partes Relacionadas	15.763	19.732
Passivo Atuarial	162.638	139.247
Passivo Financeiro – CVA	-	4.638
Outros	59.505	47.385
<b>Não Circulante</b>	<b>3.472.761</b>	<b>2.712.206</b>
Empréstimos Moeda Nacional	325.026	42.409
Empréstimos Moeda Estrangeira	272.686	-
Debêntures	248.018	99.883
Taxas Regulamentares	103.411	154.583
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	46.988	41.060
Passivo Atuarial	1.842.197	1.738.673
Provisão para Contingências	631.959	611.433
Passivo Financeiro – CVA	-	21.689
Outros	2.476	2.476
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>981.299</b>	<b>1.052.919</b>
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	785.641	704.067
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(857.932)	(704.738)
<b>Total do Passivo</b>	<b>8.926.547</b>	<b>8.114.164</b>

#### (i) Mútuo entre Celesc D e Celesc G

Em setembro de 2018 a Celesc G fez o repasse de R\$90.000 à Celesc D na forma de Contrato de Mútuo. São acrescidos ao principal, juros de CDI +2,5% a.a., que serão pagos ao final do contrato, com vigência de 12 meses.

Os recursos têm a finalidade de mitigar os deslocamentos de caixa, especialmente diante da situação conjuntural desfavorável por que vem passando o setor de distribuição de energia elétrica, bem como, a utilização como empréstimo ponte até a liberação dos recursos do BID no Programa de Infraestrutura Energética da Celesc D.

## 32.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017 (Reapresentado)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>7.509.010</b>	<b>6.933.379</b>
Receita de Serviço de Energia Elétrica	7.055.645	6.492.354
Receita de Construção	453.365	441.025
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(6.789.334)</b>	<b>(6.160.359)</b>
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(6.335.969)	(5.719.334)
Custo de Construção	(453.365)	(441.025)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>719.676</b>	<b>773.020</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(397.841)</b>	<b>(533.000)</b>
Despesas com Vendas	(218.439)	(243.905)
Despesas Gerais e Administrativas	(277.962)	(336.317)
Outras Despesas Operacionais	98.560	47.222
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>321.835</b>	<b>240.020</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(103.947)</b>	<b>(143.307)</b>
Receitas Financeiras	240.446	287.974
Despesas Financeiras	(344.393)	(431.281)
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>217.888</b>	<b>96.713</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(96.378)</b>	<b>(63.371)</b>
Diferido	(82.479)	(43.849)
Corrente	(13.899)	(19.522)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>121.510</b>	<b>33.342</b>

### 32.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017 (Reapresentado)
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	6.890.950	6.182.379
Suprimento de Energia Elétrica (a)	294.191	237.144
Ativos e Passivos Financeiros	322.064	473.134
Disponibilização da Rede Elétrica	3.189.653	2.838.292
Energia de Curto Prazo	389.309	481.021
Doações e Subvenções	785.091	624.883
Receita de Construção	453.365	441.025
Atualização Ativo Financeiro – VNR	3.392	2.328
Outras Receitas Operacionais	18.281	15.909
	<b>12.346.296</b>	<b>11.296.115</b>
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>		
ICMS	(2.124.182)	(1.901.511)
PIS	(195.123)	(174.102)
COFINS	(898.748)	(801.923)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.533.122)	(1.133.196)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(35.327)	(32.522)
Programa Eficiência Energética – PEE	(35.327)	(32.522)
Taxa de Fiscalização	(6.775)	(6.572)
Outros Encargos	(8.682)	(280.388)
	<b>(4.837.286)</b>	<b>(4.362.736)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>7.509.010</b>	<b>6.947.678</b>



## a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
	2018	2017	2018	2017	2018	2017 (Reapresentado)
Residencial	2.335.964	2.271.604	5.664.374	5.527.718	3.675.283	3.260.163
Industrial	106.825	103.592	10.084.548	9.827.009	1.955.804	1.780.955
Comercial	271.240	263.044	4.067.724	3.987.093	2.274.935	2.059.269
Rural	234.759	234.545	1.464.659	1.437.752	613.634	550.149
Poder Público	23.104	22.791	442.137	435.802	294.760	261.628
Iluminação Pública	788	750	648.539	634.969	267.408	236.896
Serviço Público	3.411	3.227	358.724	350.486	201.462	178.101
Reclassificação da Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - Consumidor Cativo	-	-	-	-	(2.392.336)	(2.144.782)
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>2.976.091</b>	<b>2.899.553</b>	<b>22.730.705</b>	<b>22.200.829</b>	<b>6.890.950</b>	<b>6.182.379</b>
Suprimento de Energia	46	49	1.833.559	1.778.053	294.191	237.144
<b>Total</b>	<b>2.976.137</b>	<b>2.899.602</b>	<b>24.564.264</b>	<b>23.978.882</b>	<b>7.185.141</b>	<b>6.419.523</b>

(i) Informações não auditadas

## 32.2.2. Custos e Despesas Operacionais

31 de dezembro de 2018

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	5.640.611	-	-	-	5.640.611
Pessoal	394.586	139.435	61.061	13.817	608.899
Despesa Atuarial	-	27.067	-	-	27.067
Entidade Previdência Privada	20.338	7.530	3.066	-	30.934
Material	9.018	6.060	-	-	15.078
Custo de Construção	453.365	-	-	-	453.365
Custos e Serviços de Terceiros	79.002	68.468	54.569	691	202.730
Depreciação e Amortização	184.930	22.408	-	-	207.338
Provisões Líquidas	-	-	32.778	(34.217)	(1.439)
Outros Custos e Despesas	7.484	6.994	66.965	(78.851)	2.592
	<b>6.789.334</b>	<b>277.962</b>	<b>218.439</b>	<b>(98.560)</b>	<b>7.187.175</b>

31 de dezembro de 2017  
(Reapresentado)

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	5.055.944	-	-	-	5.055.944
Pessoal	405.022	154.376	63.473	12.996	635.867
Despesa Atuarial	-	73.047	-	-	73.047
Entidade Previdência Privada	20.007	7.612	3.181	-	30.800
Material	8.560	7.403	-	-	15.963
Custo de Construção	441.025	-	-	-	441.025
Custos e Serviços de Terceiros	70.375	59.678	49.184	504	179.741
Depreciação e Amortização	175.756	24.566	-	-	200.322
Provisões Líquidas	-	-	47.998	3.650	51.648
Outros Custos e Despesas	(2.031)	9.635	80.069	(64.372)	23.301
	<b>6.174.658</b>	<b>336.317</b>	<b>243.905</b>	<b>(47.222)</b>	<b>6.707.658</b>

### 33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G

#### 33.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Circulante</b>	<b>99.344</b>	<b>126.612</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	50.035	77.080
Contas a Receber de Clientes	17.301	18.358
Estoques	148	183
Tributos a Recuperar	179	466
Despesas Antecipadas	134	-
Dividendos a Receber	89	-
Ativo Financeiro	31.433	30.277
Outros	25	248
<b>Não Circulante</b>	<b>566.083</b>	<b>497.993</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		
Tributos a Recuperar	1.773	1.223
Depósitos Judiciais	354	342
Partes Relacionadas	92.873	45.942
Ativo Financ. – Bonif. Outorga	249.585	241.886
Ativo Financ. Ind./Concessão	2.421	2.421
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>56.033</b>	<b>51.058</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>160.029</b>	<b>151.631</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>3.015</b>	<b>3.490</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>665.427</b>	<b>624.605</b>
<b>Passivo</b>	<b>31 de dezembro 2018</b>	<b>31 de dezembro 2017</b>
<b>Circulante</b>	<b>67.276</b>	<b>186.083</b>
Fornecedores	3.544	2.931
Debêntures	26.964	150.685
Tributos a Recolher	16.418	19.283
Taxas Regulamentares	246	386
Partes Relacionadas	872	1.103
Dividendos Propostos	19.147	11.628
Outros	85	67
<b>Não Circulante</b>	<b>135.525</b>	<b>12.642</b>
Tributos Diferidos	10.144	9.613
Debêntures	121.855	-
Provisão para Contingências	989	1.002
Taxas Regulamentares	2.537	2.027
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>462.626</b>	<b>425.880</b>
Capital Social Realizado	250.000	250.000
Reservas de Lucro	196.920	158.251
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15.706	17.629
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	-	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>665.427</b>	<b>624.605</b>

### 33.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>160.471</b>	<b>148.877</b>
Receitas de Vendas e Serviços	160.471	148.877
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(50.359)</b>	<b>(42.341)</b>
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(50.359)	(42.341)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>110.112</b>	<b>106.536</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(27.348)</b>	<b>(22.731)</b>
Despesas com Vendas	(14.933)	(7.043)
Despesas Gerais e Administrativas	(11.555)	(14.826)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	(1.215)	2.347
Resultado da Equivalência Patrimonial	355	(3.209)
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>82.764</b>	<b>83.805</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(5.745)</b>	<b>(8.545)</b>
Receitas Financeiras	8.743	11.689
Despesas Financeiras	(14.488)	(20.234)
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>77.019</b>	<b>75.260</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(25.777)</b>	<b>(26.300)</b>
Corrente	(25.248)	(24.546)
Diferido	(529)	(1.754)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>51.242</b>	<b>48.960</b>

#### 33.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Receita Operacional Bruta – ROB (i)</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Industrial	29.325	28.685
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Comercial	8.292	6.290
Suprimento de Energia Elétrica (a)	75.898	61.859
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	22.584	26.291
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	41.366	40.808
	<b>177.465</b>	<b>163.933</b>
<b>Deduções da Receita Operacional</b>		
PIS	(2.656)	(2.339)
COFINS	(12.235)	(10.775)
Taxa Fiscalização ANEEL – TFSEE	(268)	(314)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(928)	(792)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(907)	(836)
	<b>(16.994)</b>	<b>(15.056)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>160.471</b>	<b>148.877</b>

(i) Por meio da Resolução Homologatória nº 2.421 de 17 de julho de 2018, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Concessionária	RAG (R\$)	Receita Mensal (R\$)
		Ciclo 2018/2019	Julho/2018 a Junho/2019
Pery	Celesc G	9.453	788
Garcia	Celesc G	9.758	813
Bracinho	Celesc G	12.667	1.056
Cedros	Celesc G	9.267	772
Palmeiras	Celesc G	19.355	1.613
Salto	Celesc G	6.585	549

#### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
<b>Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica</b>						
Industrial	11	13	139.733	149.650	29.325	28.685
Comercial, Serviços e Outros	2	1	55.362	51.480	8.292	6.290
Suprimento de Energia	49	52	503.658	479.880	75.898	61.859
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	28.242	3.807	22.584	26.291
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	41.366	40.808
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>66</b>	<b>726.995</b>	<b>684.817</b>	<b>177.465</b>	<b>163.933</b>

(i) Informações não auditadas

#### 33.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31 de dezembro de 2018				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	15.340	-	-	-	15.340
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.301	-	-	-	2.301
Pessoal	5.299	10.901	295	-	16.495
Material	181	79	-	-	260
Custos e Serviços de Terceiros	5.000	1.745	507	-	7.252
Depreciação e Amortização	14.315	1.433	-	-	15.748
Seguros	300	151	-	-	451
Provisões Líquidas	-	-	6.169	(3.029)	3.140
Tributos	(295)	162	72	-	(61)
Aluguéis	-	289	-	-	289
Doações	-	-	-	600	600
Outros Custos e Despesas	(100)	66	-	82	48
	<b>42.341</b>	<b>14.826</b>	<b>7.043</b>	<b>2.347</b>	<b>61.863</b>

Descrição	31 de dezembro de 2017				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	15.340	-	-	-	15.340
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.301	-	-	-	2.301
Pessoal	5.299	10.901	295	-	16.495
Material	181	79	-	-	260
Custos e Serviços de Terceiros	5.000	1.745	507	-	7.252
Depreciação e Amortização	14.315	1.433	-	-	15.748
Seguros	300	151	-	-	451
Provisões Líquidas	-	-	6.169	(3.029)	3.140
Tributos	(295)	162	72	-	(61)
Aluguéis	-	289	-	-	289
Outros Custos e Despesas	(100)	66	-	682	648
	<b>42.341</b>	<b>14.826</b>	<b>7.043</b>	<b>(2.347)</b>	<b>61.863</b>

### **34. EVENTO SUBSEQUENTE**

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 11 de março de 2019, aprovou a contratação de operação de crédito (Linha de Crédito Capital de Giro CCB) para capital de Giro da Celesc D, no valor de R\$335.000 (trezentos e trinta e cinco milhões de reais). As condições pactuadas são as seguintes: prazo de 36 (trinta e seis) meses, sendo 18 (dezoito) meses de carência de amortização, com pagamentos de juros de CDI+0,80% a.a. em pagamentos mensais, sem carência e fee de 0,50% (flat). Garantias: Real (recebíveis em 75% do saldo devedor) mais aval da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.